

análise de conjuntura

Finanças Públicas

VERA MARTINS DA SILVA

Setor Externo

VERA MARTINS DA SILVA

temas de economia aplicada

A Evolução Recente do Desemprego Brasileiro e Sua Comparação Com o Cenário Internacional

JOSÉ PAULO ZEETANO CHAHAD

Alguns Elementos a Serem Considerados no Estudo de Novas Áreas Incorporadas ao Ecúmeno

IRACI DEL NERO DA COSTA, AGNALDO VALENTIN

Decomposição Espacial dos Preços de Imóveis Residenciais no Município de São Paulo

RODGER BARROS ANTUNES CAMPOS

Produtividade, Carga Tributária e Setor Informal: Uma Abordagem da Década de 1990 no Brasil (Parte II)

JULIA PASSABOM ARAUJO

Relatório de Indicadores Financeiros

NEFIN-USP

economia & história

De Luzes, Sombras e Trevas: o Marquês de Pombal, o Iluminismo Português e a Escravidão no Brasil

LUCIANA SUAREZ LOPES, JOSÉ FLÁVIO MOTTA

Paraty e a Economia Oitocentista

LUCIANA SUAREZ LOPES

p. 3 Vera Martins da Silva comenta os resultados primários do Governo Federal no primeiro trimestre de 2016, marcado pela queda na arrecadação.

p. 7 Vera Martins da Silva analisa o desempenho do Balanço de Pagamentos do Brasil no primeiro trimestre de 2016.

p. 11 José Paulo Zeetano Chahad examina a trajetória recente do mercado de trabalho brasileiro, com foco na evolução da taxa de desemprego aberto e na comparação com o cenário internacional.

p. 19 Iraci Del Nero da Costa e Agnaldo Valentin fazem uma reflexão sobre as dimensões envolvidas no processo de incorporação de novas áreas à ocupação humana.

p. 21 Rodger Barros Antunes Campos estuda os efeitos de vizinhança e de adjacência sobre o preço dos imóveis residenciais localizados no município de São Paulo.

p. 31 No seu segundo artigo sobre a Produtividade Total dos Fatores na economia brasileira, Julia Passabom Araujo busca compreender o desempenho dessa variável durante a década de 1990.

p. 37 O Núcleo de Economia Financeira da USP apresenta um conjunto de resultados de um investimento (teórico) em quatro carteiras *long-short* tradicionais da literatura de Economia Financeira.

p. 43 Luciana Suarez Lopes e José Flávio Motta discutem a importância histórica do Marquês de Pombal e as especificidades do iluminismo português.

p. 50 Luciana Suarez Lopes faz um levantamento preliminar das principais atividades econômicas de Paraty durante o século XIX.

Indicadores Catho-Fipe

Os indicadores Catho-Fipe, desenvolvidos pela Fipe em parceria com a Catho, oferecem uma visão mais aprofundada e imediata do mercado de trabalho e da economia brasileira. As informações disponíveis em tempo real no banco de dados da Catho e em outras fontes públicas da Internet permitem agilidade na extração e cálculo dos números. Desta forma, é possível acompanhar a situação imediata do mercado de trabalho, sem a necessidade de se esperar um ou dois meses para a divulgação dos dados oficiais. Todos os indicadores são divulgados no último dia útil de cada mês, com informações sobre o próprio mês.

O primeiro indicador é uma estimativa para a taxa de desemprego calculada pelo IBGE, a Taxa de Desemprego Antecipada. A Fipe calcula também um índice que acompanha a relação entre novas vagas e novos currículos cadastrados na Internet, o Índice Catho-Fipe de Vagas por Candidato (IVC). Este indicador é mais amplo do que a taxa de desemprego, porque traz informações sobre os dois lados do mercado: a oferta e a demanda por trabalho. Além desses dois indicadores, o Índice de Salários Ofertados permite o acompanhamento dos salários oferecidos pelas empresas que estão em busca de novos profissionais.

Maiores Informações:

☎: (11) 3767-1764

✉: cathofipe@fipe.org.br

INFORMAÇÕES FIPE É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DE CONJUNTURA ECONÔMICA DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – ISSN 1678-6335

Conselho Curador

Juarez A. Baldini Rizzieri
(Presidente)
Andrea Sandro Calabi
Denisard C. de Oliveira Alves
Eduardo Amaral Haddad
Francisco Vidal Luna
Hélio Nogueira da Cruz
José Paulo Zeetano Chahad
Simão Davi Silber
Vera Lucia Fava

Diretoria

Diretor Presidente
Carlos Antonio Luque
Diretora de Pesquisa
Maria Helena Garcia
Pallares Zockun
Diretor de Cursos
José Carlos de Souza
Santos

Pós-Graduação

Pedro Garcia Duarte
Secretaria Executiva
Domingos Pimentel
Bortoletto
Conselho Editorial
Heron Carlos E. do
Carmo
Lenina Pomeranz



Luiz Martins Lopes
José Paulo Z.
Chahad
Maria Cristina
Cacciamali
Maria Helena G.
Pallares Zockun
Simão Davi Silber

Preparação de Originais e Revisão

Alina Gasparello de
Araujo <http://www.fipe.org.br>

Editora-Chefe
Fabiana F. Rocha

Produção Editorial
Sandra Vilas Boas

análise de conjuntura



Finanças Públicas: Criatividade Destrutiva de um Governo

VERA MARTINS DA SILVA (*)

O País vive uma crise sem precedentes, com queda da economia e queda do grupo político no poder central. A queda do nível de atividade econômica continua e a consequência é nefasta sobre as receitas públicas de todos os níveis da Federação, sendo todos parceiros nas arrecadações mais dinâmicas, sobre a geração de renda e venda de bens e serviços. Adicione-se a isso a rigidez de gastos públicos, predominando vinculações e indexações; com pouca margem de manobra para o grosso da gestão orçamentária, os resultados fiscais acabam sendo negativos, e dificilmente haveria outro desfecho. Destaque-se também que a Lei de Responsabilidade Fiscal e o arcabouço orçamentário dificultam a adoção de políticas anticíclicas, cuja adoção excessiva e prolongada por parte do governo federal ajudou

a empurrar o governo Dilma num abismo econômico, legal e político sem precedentes, culminando com seu afastamento. Mas o problema fiscal continua e a reversão da trajetória declinante da economia não é uma tarefa fácil, portanto, a questão fiscal continua sendo um nó muitíssimo difícil de se desatar. Como ampliar receita pública em tempos de recessão e manter as políticas públicas que dão suporte político aos governantes? Sem dúvida, a avaliação sistemática da efetividade do gasto público tende a ser cada vez mais relevante, assim como a vasta possibilidade de melhoria da gestão tributária, que se tornou um inferno tributário e burocrático. Melhorar a eficiência do Estado é, então, um desafio fundamental para a saúde da nação brasileira, evitando-se a chamada criatividade fiscal, que, nos últi-

mos tempos, significou as famosas “pedaladas fiscais”, apenas e tão somente o atraso deliberado dos pagamentos devidos, muitos dos quais passaram a ser pagos e contribuíram para a transformação de superávits em déficits primários. Adicionalmente, a confiança nas informações foi se esvaindo, assim como a credibilidade governamental desapareceu por completo. Apesar do desaparecimento generalizado da confiança, este comentário de conjuntura se baseia nos relatórios do Tesouro Nacional, instituição ainda merecedora de respeito.

Os dados acumulados de janeiro a março de 2016, em relação ao mesmo período de 2015, ilustram bem o problema: houve queda de R\$ 17 bilhões na arrecadação federal, -5% em termos reais, sendo uma queda de -R\$ 19 bilhões nas

Receitas Administradas pela Receita Federal (-8,3%) e queda de -R\$ 4,4 bilhões na arrecadação do Regime Geral da Previdência (-5%). Entre as principais quedas na arrecadação, tem-se a queda de -R\$ 5 bilhões no IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – (-12,5%) e de -R\$ 4 bilhões da Contribuição para Financiamento da Seguridade (-7,6%), queda de -R\$ 2,8 bilhões na arrecadação do IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados – (-20,5%) e de -R\$ 2,7 bilhões no II – Imposto de Importação –, em função da queda das importações.¹ Um fator bem menos citado nas análises sobre queda da arrecadação é o quase despercebido movimento salarial dos agentes da Receita Federal, cuja operação tartaruga deve ter sido responsável por cerca de espantosos 30% da queda da arrecadação.

Entre as Receitas Não Administradas pela Receita Federal, houve um acréscimo de receita de R\$ 11,3 bilhões decorrentes da outorga de concessões de 29 usinas hidrelétricas, cujo leilão ocorreu em novembro de 2015, e redução de -R\$ 2,4 bilhões da Cota-Parte de Compensações Financeiras, decorrente da queda do preço do petróleo. Há que se ressaltar que um mecanismo intensamente usado pela gestão Dilma 1, que foi o pagamento de dividendos das estatais para compor receita primária, caiu substancialmente nos primeiros trimestres de 2015 e 2016, pois as próprias estatais estão em péssima

situação financeira: os dividendos geraram uma receita de R\$ 2 bilhões no primeiro trimestre de 2015, caindo para R\$ 393 milhões no primeiro trimestre de 2016, dos quais o Banco do Brasil sozinho representou 75% do total.² Como o momento é de recuperação de tarifas e do caixa das estatais, dificilmente elas serão fonte de receitas primárias substanciais no curto prazo, excetuando-se, é claro, sua privatização, mesmo que parcial.

Pelo lado da parceria entre União, Estados e municípios, houve redução das Transferências por Repartição de Receitas: - R\$ 9 bilhões (-14,3% em termos reais), dos quais -R\$ 7 bilhões de FPM/FPE/IPI-EE, -R\$ 1,4 bilhão da Cota-Parte das Compensações Financeiras e -R\$ 1,3 relativos ao Salário-Educação. Ou seja, Estados e municípios são grandes parceiros na derrocada das finanças públicas e as demandas sociais são muito mais diretas sobre esses entes da Federação, especialmente em tempos de recessão. Nesse sentido, a mudança nas regras dos contratos de refinanciamento da dívida de Estados e municípios, que passou a vigorar neste ano, é benéfica aos entes subnacionais, entretanto, ela dá um alívio geral, mas os beneficia diferentemente, principalmente a alguns Estados e municípios mais endividados, sem equacionar o desequilíbrio fundamental entre receitas e obrigações correntes desses níveis de governo.³

No âmbito federal, a questão das finanças públicas se mostra ainda mais complexa pelo lado das Despesas, que aumentaram em termos reais +5,2%, cerca de R\$ 15 bilhões entre os dois primeiros trimestres dos anos em destaque. As Despesas com Pessoal e Encargos Sociais tiveram uma redução de -R\$ 1,3 bilhões (-2%), mas houve uma explosão de gastos obrigatórios de R\$ 15 bilhões (35%), com destaque para Abono e Seguro-Desemprego em R\$ 7 bilhões (58%), devido à expansão da desocupação, apesar do endurecimento das regras do Seguro-Desemprego ocorrido em 2015 e, especialmente, do crescimento de valores pagos referentes a Subsídios, Subvenções e Proagro, com ampliação de R\$ 11 bilhões (+670%). Estes são os pagamentos devidos aos programas de fomento promovidos pelo governo federal no passado e cujo atraso sistemático fizeram parte da “política criativa” do governo da presidente Dilma, que, como todos viram, resultou em um desastre nas contas públicas, resultados pífios sobre geração de emprego, culminando com a aprovação da abertura do processo de impedimento da presidente.⁴

Entre os gastos obrigatórios, as despesas com Previdência aumentaram em R\$ 4,7 bilhões (+4,3%), em função do aumento de 603 mil benefícios e do aumento real de 1,7% do seu valor médio no primeiro trimestre de 2016, de R\$ 1.165,45. Apesar de os valores

médios individuais não serem tão elevados, a Previdência se tornou o maior programa de redistribuição de renda do País e perdeu sua característica de ser um programa para preservar o poder aquisitivo da população mais idosa quando se retira do mercado de trabalho, tornando-se mais uma fonte de renda para boa parte dos “jovens idosos”, que continuam na ativa. O déficit primário da Previdência aumentou em -R\$ 9 bilhões, resultado da expressiva queda da arrecadação urbana, -R\$ 4,6 bilhões; mais um resultado desastroso, devido à queda de atividade econômica, especialmente na área urbana. Com isso, o déficit previdenciário, que, até então, era oriundo do lado rural da economia, passou a ser resultado da péssima dinâmica das áreas urbanas, onde a produção e emprego despencaram.

Dada a explosão das Despesas Obrigatórias, o governo não teve outra possibilidade senão a contenção das Despesas Discricionárias, que tiveram uma redução de -R\$ 3,8 bilhões (-5,6%), destacando-se a queda de -R\$ 2,6 bilhões no Programa Minha Casa Minha Vida (-62%), -R\$ 929 milhões (-8%) do PAC e -R\$ 3,8 bilhões (-5,8%) de gastos discricionários do Poder Executivo. No caso deste Poder, as maiores reduções de gastos ocorreram em áreas sensíveis: no Ministério da Saúde, queda de -R\$ 888 milhões e, no Ministério de Desenvolvimento Social, -R\$ 744 milhões. Em tempos de epidemias

e agravamento na situação social, não é difícil compreender como o governo Dilma perdeu apoio popular e, na sequência, apoio parlamentar.

Em relação aos Restos a Pagar, que são despesas teoricamente de curto prazo com fornecedores, apesar de o saldo ainda ser elevado, cerca de R\$ 140 bilhões, o pagamento está aumentando desde 2015, quando o ministro Levy passou a fazer uma gestão fiscal mais responsável também nesse ponto. Estes pagamentos foram de R\$ 25 bilhões no primeiro trimestre de 2015 e R\$ 40 bilhões no primeiro trimestre de 2016.

A trajetória instável da economia e a combinação de queda acentuada da receita e aumento expressivo dos gastos tiveram um impacto negativo no resultado primário, que passou de um superávit de R\$ 22,5 bilhões, entre janeiro e março de 2015 (0,2% do PIB), para um déficit de -R\$ 18,2 bilhões, no primeiro trimestre de 2016 (-1,2% do PIB). Apesar da deterioração das contas públicas nesse primeiro trimestre do ano, o Tesouro e o Banco Central ainda tiveram um superávit primário positivo de R\$ 11 bilhões, contra um superávit primário de R\$ 22,5 bilhões no mesmo período do ano anterior. O déficit primário desse primeiro trimestre surge, nessas contas, a partir do Regime Geral da Previdência Social, cujo resultado negativo foi de -R\$ 29 bilhões, contra -R\$ 18 bilhões no

primeiro trimestre de 2015. E, como já foi apontado antes, esse resultado deficitário da Previdência é uma combinação de uma receita urbana que despencou e da expansão do número de benefícios concedidos. Logo, a melhora dessas contas deve passar necessariamente pela recuperação da receita previdenciária, com a recuperação do emprego formal e reformulação da legislação previdenciária no que diz respeito ao excesso de isenções e tratamento diferenciado a grupos de interesse específicos, assim como na concessão de benefícios.

No momento de finalização deste artigo, o governo interino de Michel Temer ainda não tinha anunciado o time completo da equipe econômica, muito menos suas metas fiscais, mas, tendo em vista que, para além da baixíssima popularidade e perda de apoio parlamentar da presidente afastada, o aspecto fiscal e orçamentário foram o cerne da questão de crime de responsabilidade a ela imputados, pode-se concluir que a futura gestão fiscal deverá se nortear por prudência e transparência, dois princípios que foram relegados a segundo plano no período político anterior. Mas há que se reconhecer que o modelo político brasileiro se revelou de alto custo e baixa funcionalidade, de modo que este seria um momento para se rediscutir o modelo de representação política que seja mais adequado a um regime fiscal responsável, que vá muito além da minirreforma eleitoral de 2015.⁵

Tabela 1 – Resultado Primário do Governo Central, Jan-Março 2015, 2016, R\$ Milhões

Discriminação	Jan-Março		Diferença
	2015	2016	
Resultado do Governo Central	4 493	- 18 216	- 22 709
Resultado da Previdência Social	- 18 050	- 28 965	- 10 915
Resultado do Tesouro Nacional	22 704	10 996	- 11 708
Resultado do Banco Central	- 161	- 247	- 86

Fonte: Minifaz / STN.

- 1 As informações foram extraídas do Resultado do Tesouro Nacional, abril de 2016.
- 2 Interessante e até irônico o fato de o atraso nos pagamentos da equalização do Plano Safra ao Banco do Brasil ter sido um dos problemas jurídicos alegados para o processo de impedimento da presidente, quando esse banco parece ter sido o menos prejudicado pela política criativa do governo Dilma.
- 3 A obtenção do uso de juros simples no recálculo da dívida do governo do Estado de Santa Catarina e sua difusão pelos demais entes de governo, apesar de ainda não ter sido definitivamente julgada, não deve prosperar. Mesmo assim, as novas condições no tratamento das dívidas passadas abrem espaço para a contratação de novas linhas de crédito e, portanto, na recuperação da capacidade de investimento por Estados e municípios, o que pode ajudar na recuperação macroeconômica.
- 4 A criatividade no caso era uma leitura muito conveniente da baixa rigidez de prazos para os pagamentos devidos pelo Executivo federal às agências operadoras dos programas de incentivo, o que acabou por ser sistematizado pelos Acórdãos 825/2015 e 3.297/2015 (Boxe 1 do Boletim RTN de dezembro de 2015). Os valores pagos no primeiro trimestre de 2016 são expressivos em dois casos: incentivos à Agricultura, +R\$ 6 bilhões, dos quais metade referem-se ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e R\$ 5 bilhões referentes ao Programa de Sustentação do Investimento – PSI.
- 5 A contrapartida da piora do resultado primário do governo central é o aumento da dívida líquida do Tesouro Nacional, que passou de 20,7% do PIB, em março de 2015, para 25,7%, em março de 2016. Essa piora no indicador é tanto fruto do déficit primário que foi explicitado nestes últimos 15 meses, como também da necessidade de aumento das taxas de juros para tentar controlar a inflação, em boa parte decorrente de recuperação de tarifas públicas e da depreciação cambial, ou seja, correção de políticas econômicas anteriores, que conseguiram a reeleição presidencial, mas minaram as contas públicas.

(*) Economista e Doutora em Economia pela USP.
(E-mail: veramartins2702@gmail.com).

Setor Externo: Ajuste Difícil e Tardio

VERA MARTINS DA SILVA (*)

O ajuste do setor externo está em curso, mas, ao que parece, pelo lado da taxa cambial, praticamente concluído. Obviamente, como os resultados das contas externas refletem a relação entre residentes e não residentes no País e a economia doméstica e a externa estão em constante mudança, tudo é relativo ao momento da análise e sempre, portanto, sujeito a modificações pela passagem do tempo. A Tabela 1 mostra os dados do Balanço de Pagamentos para o mês de março de 2015 e 2016, os valores anuais de 2015 e o primeiro trimestre de 2015 e 2016. Neste breve artigo, será destacado o valor acumulado no primeiro trimestre de 2016 relativamente ao primeiro trimestre de 2015.

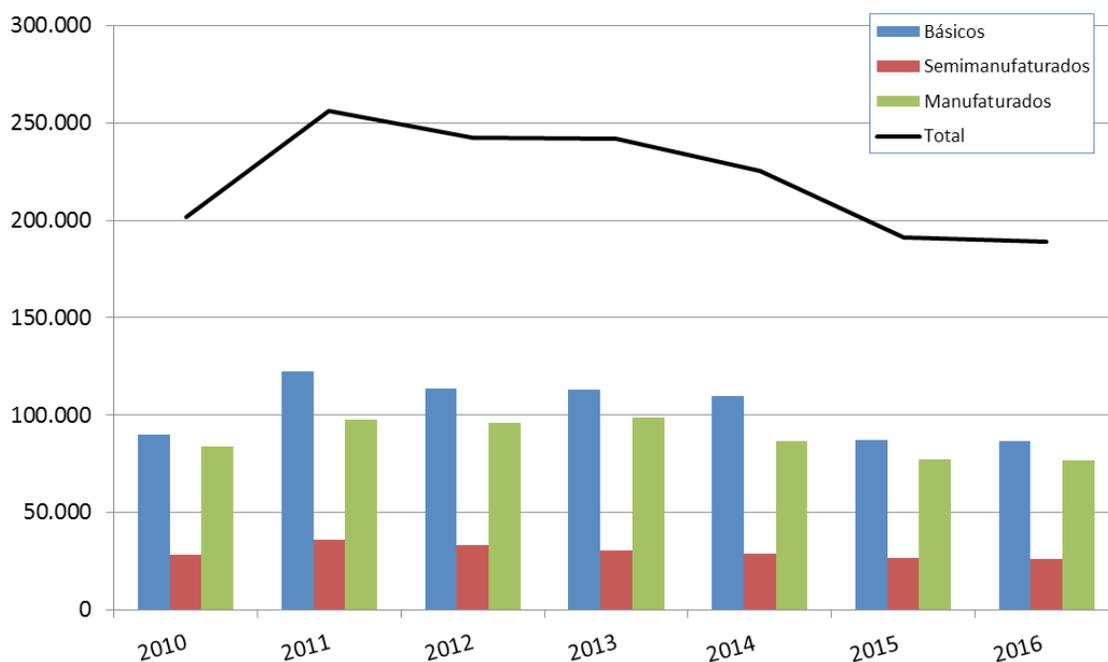
As Transações Correntes, que encerraram 2015 com um déficit de -US\$ 59 bilhões, dos quais US\$ 25 bilhões de déficit apenas entre janeiro e março de 2015, tiveram uma redução do déficit para -US\$ 7,6 bilhões no primeiro trimestre de 2016, ou seja, o déficit em Transações Correntes encolheu muito, um ajuste

substantial nas contas externas. E o ajuste veio da Balança Comercial, porém, como nos últimos meses, trata-se muito mais de um ajuste pela redução das Importações, que caíram de US\$ 48 bilhões para US\$ 33 bilhões comparativamente no primeiro trimestre de 2015 e 2016. Essa redução expressiva deve-se ao desastroso desempenho da economia brasileira nesse período. A Exportação de bens não ajudou na recuperação das contas externas, na verdade, houve uma redução de -5% nas exportações no comparativo do primeiro trimestre de 2015 e 2016: entre janeiro e março de 2015, as exportações alcançaram US\$ 42 bilhões e, no primeiro trimestre de 2016, foram reduzidas para US\$ 40 bilhões. Efetivamente, desde 2011, a trajetória das exportações brasileiras tem sido declinante, tanto nos produtos básicos como nos manufaturados (ver Gráfico 1). O fraco desempenho econômico de nossos principais parceiros comerciais explicam boa parte do desempenho sofrível dos valores exportados acumulados a

partir de 2011, que aparentemente se estabilizou entre 2015 e 2016.

Houve uma queda de US\$ 2 bilhões no saldo das Exportações brasileiras no primeiro trimestre de 2016 em relação ao mesmo trimestre de 2015, com destaque negativo para as exportações para os Estados Unidos (-US\$ 773 milhões), União Europeia (-US\$ 737 milhões), especialmente a redução de valor dos exportados para a Alemanha, o que representa cerca de metade dessa queda, e queda das exportações para a América Latina e Caribe (-US\$ 756 milhões), sendo a Venezuela a responsável por metade dessa redução regional. Apesar da redução de seu crescimento, a China ainda foi uma grande compradora das exportações brasileiras, aumentando em US\$ 776 milhões nesse primeiro trimestre, comparativamente ao primeiro trimestre de 2015, tornando a dependência desse país cada vez mais acentuada para o comércio exterior brasileiro.

Gráfico 1 – Exportações Brasileiras por Fator Agregado, Saldo Acumulado em 12 Meses – US\$ Milhões, Dez 2010- Abril 2016



Fonte: *site do Bacen.*

No contexto do Balanço de Pagamentos, o resultado negativo da conta de Serviços apresentou uma queda expressiva, consequência também da recessão econômica, caindo de um déficit de -US\$ 10 bilhões, entre janeiro e março de 2015, para -US\$ 6 bilhões, no primeiro trimestre de 2016. Essa queda de 39% foi impactada pela redução de Despesas de Transporte (-59%) e de Viagens (-69%). Juntos, esses dois itens passaram de -US\$ 5,4 bilhões para -US\$ 1,9 bilhões, uma queda de 65% no comparativo do primeiro trimestre dos anos 2015 e 2016. O aumento da taxa de desocupação no mercado de trabalho, o encolhimento da renda e as péssimas perspectivas para a economia nacional, adicionados à mudança na taxa cambial, mudaram efetivamente o rumo das viagens internacionais e permitiu uma queda importante no déficit relativo a esse tipo de serviço.

Já a Renda Primária, atual denominação de pagamentos ao resto do mundo pelo uso de fatores de produção (salários, dividendos e juros), teve um acréscimo de 2,7% no acumulado do primeiro trimestre de 2016 em relação a 2015, chegando a -US\$ 9,9 bilhões no primeiro trimestre de 2016. Esse aumento ocorreu pela saída de recursos de rendimentos do Investimento Direto, em torno de US\$ 2 bilhões, o que também gerou uma pressão sobre a taxa cambial. É bom lembrar que o Investimento Direto no País, embora seja um indicador da confiança dos investidores estrangeiros na *performance* da economia nacional e ajude no fechamento das contas externas, quando entra no País, gera também despesas nas Transações Correntes quando da remessa de rendimentos para esses investidores estrangeiros, que anteriormente se arriscaram no País.

Por outro lado, a Conta Financeira, na qual são registradas as entradas e saídas de fluxos de ativos, teve uma redução de captação líquida de US\$ 24 bilhões, no primeiro trimestre de 2015, para US\$ 5,5 bilhões, no primeiro trimestre de 2016; o que indica que o tempo em que a grande entrada de capital estrangeiro no Brasil permitia o fácil financiamento do déficit em Transações Correntes já se foi. Vale destacar, contudo, que houve uma modificação do tipo de investimento no Brasil. Quando se compara o primeiro trimestre de 2016 com o primeiro trimestre de 2015, nota-se aumento do chamado Investimento Direto: +US\$ 3 bilhões na participação de capital e + US\$ 1 bilhão em operações intercompanhia, e uma redução de cerca de -US\$ 22 bilhões em aplicações em renda fixa, refletindo a perda do grau de investimento pelas agências de classificação de *rating* que

o País sofreu. Isto mostra também que não há diferencial positivo de taxa de juros que seja capaz de atrair recursos para o País quando a confiança se vai.

As oscilações do câmbio e os resultados do Balanço de Pagamentos não tiveram como efeito a redução das reservas internacionais. Ao contrário, houve até um aumento de US\$ 369 bilhões, ao final de 2015, para US\$ 375 bilhões, ao final de março de 2016. Boa parte do ajuste externo de 2015 foi resultado do fim da política sistemática do Banco Central de intervir no mercado de câmbio por meio de operações financeiras, que ampliaram substancialmente a dívida pública e mantiveram o câmbio apreciado a partir de 2011, o que contribuiu para a ampliação das importações do período anterior. Adicione-se a isso a perda do grau de investimento e a grande retira-

da de recursos em aplicações de renda fixa, podendo-se dizer que o ajuste cambial está praticamente concluído, exceto é claro por fatos novos e relevantes que afetem o mercado cambial, que finalmente parece ter voltado ao que seria um câmbio flutuante.¹ Interessante notar também o valor expressivo da conta Erros e Omissões, que, ao final de 2015, foi estimada em US\$ 4 bilhões e, no primeiro trimestre de 2016, em US\$ 2 bilhões, valores não desprezíveis e que provavelmente são fruto de operações não contabilizadas, provavelmente ilegais e que, no entanto, são também fonte de “fechamento” das contas externas. De fato, há uma nova legislação que permite a legalização da entrada de recursos do exterior, com algum benefício fiscal, mas ainda é cedo para se avaliar o impacto sobre as contas externas e fiscais.

Tabela 1 – Balanço de Pagamentos, Brasil, Jan-Março, 2015, 2016, US\$ Milhões

Discriminação	2015*			2016*	
	Mar	Jan-mar	Ano	Mar	Jan-mar
I. Transações correntes	- 5 759	- 25 099	- 58 882	- 855	- 7 591
Balança comercial (bens)	154	- 5 809	17 670	4 258	7 771
Exportações	16 899	42 539	190 092	15 922	40 375
Importações	16 745	48 347	172 422	11 664	32 604
Serviços	- 3 775	- 10 181	- 36 919	- 2 904	- 6 213
Renda primária	- 2 306	- 9 640	- 42 357	- 2 449	- 9 902
Renda secundária	169	531	2 724	240	753
II. Conta capital	14	76	440	15	83
III. Conta financeira	- 4 243	- 23 865	- 54 734	- 355	- 5 521
Investimento direto no exterior	- 522	8 056	13 498	1 524	1 466
Participação no capital	- 757	8 037	14 337	1 908	1 854
Operações intercompanhia	235	19	- 839	- 385	- 388
Investimento direto no País	4 262	13 149	75 075	5 557	16 933
Participação no capital	3 438	7 250	56 421	3 090	9 864
Operações intercompanhia	824	5 899	18 653	2 468	7 069
Investimento em carteira – ativos	- 558	- 1 273	- 3 548	525	170
Ações e cotas em fundos	21	- 267	- 98	527	248
Títulos de renda fixa	- 579	- 1 006	- 3 450	- 3	- 78
Investimento em carteira – passivos	2 918	17 654	18 500	1 652	- 5 685
Ações e cotas em fundos	1 354	4 201	10 030	2 027	2 901
Títulos de renda fixa	1 564	13 453	8 469	- 375	- 8 587
Derivativos – ativos e passivos	1 428	2 041	3 450	- 361	- 41
Outros investimentos – ativos	2 559	4 897	44 001	8 717	7 276
Outros investimentos – passivos	1 640	10 022	20 130	- 1 141	- 878
Ativos de reserva	1 671	3 239	1 569	- 4 692	- 4 022
Erros e omissões	1 502	1 158	3 708	485	1 987
Memo:					
Transações correntes / PIB (%)			- 3,33		
Investimento direto no País / PIB (%)			4,24		

Fonte: *site* do Banco Central do Brasil, acesso em 09/05/2016.

Nota: * preliminar.

1 Em relação a uma cesta de moedas dos 15 maiores parceiros comerciais do Brasil, o Banco Central apresentou uma estimativa de que o real estaria depreciado em torno de 10%, tendo como base as participações nas exportações brasileiras e tomando-se como base junho de 1994 =100. Essa estimativa indica, portanto, que o ajuste cambial foi além do necessário para manter o equilíbrio estabelecido naquele período base. Note-se que, como o mundo mudou, o que se pode dizer é que o câmbio flutuante ainda é a melhor referência para o mercado cambial.

(*) Economista e Doutora pela USP.
(E-mail: veramartins2702@gmail.com).

temas de economia aplicada



A Evolução Recente do Desemprego Brasileiro e Sua Comparação Com o Cenário Internacional

JOSÉ PAULO ZEETANO CHAHAD (*)

1 Introdução

Este texto aborda a evolução recente do desemprego aberto no Brasil, trazendo, também, uma comparação sucinta com aquilo que tem sido observado no cenário internacional, em período recente, em termos de desocupação.

No caso brasileiro, o desemprego, que havia se reduzido a níveis próximos de pleno emprego em meados de 2013, tem recrudescido fortemente a partir do início de 2015, e se acelerado ainda mais no primeiro trimestre de 2016. Isto decorre de um modelo de crescimento totalmente equivocado, denominado “nova matriz econô-

mica”; adotada após a reeleição de Dilma Roussef para Presidência da República.

Fundamentado numa expansão dos gastos públicos sem qualquer critério, e violando totalmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, como resultado desse modelo, houve uma desarticulação das já combalidas finanças públicas, com a ilusão de gastos pretensamente direcionados para políticas sociais; uma volta da inflação a níveis não mais tolerados pela sociedade brasileira; uma deterioração contínua da produção industrial, o que, juntamente com outras distorções, tem levado o País a sucessivos anos de reces-

são, e o seu rebaixamento no plano externo como um porto seguro para investimentos.

De fato, após o crescimento pífio do PIB em 2014 (0,15%), tivemos uma queda abrupta em 2015 (-3,84%) e uma previsão sombria de queda para 2016 na ordem de 3,8%. Para 2017, prevê-se estagnação do produto, com alguma perspectiva de recuperação apenas em 2019, para os otimistas, e 2020, para os pessimistas.

Esta inanição do crescimento, a desarticulação da economia e a completa falta de expectativas positivas para a retomada dos investimentos exerceram seus reflexos

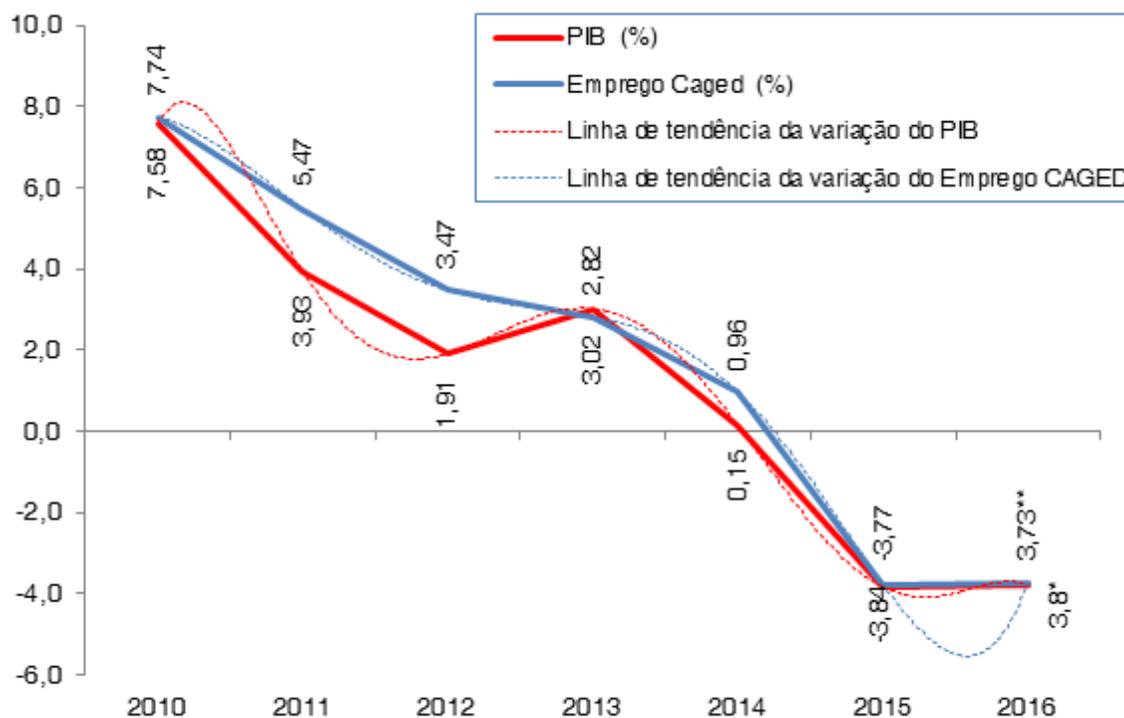
perversos no mercado de trabalho, como a seguir se mostra.

2 O Mercado de Trabalho Vem Se Deteriorando Desde 2010

O ciclo de bonança do mercado de trabalho, que vinha ocorrendo desde o início dos anos 2000, tendo como elemento emblemático a forte recuperação do empre-

go formal, sofreu uma reversão a partir de 2010, fruto da trajetória descendente de crescimento do PIB nacional. De fato, o **Gráfico 1** indica que o emprego formal passou a sofrer acentuado declínio de crescimento acompanhando a deterioração do quadro econômico. Esta retração contínua do produto e seus impactos negativos no mercado de trabalho se acentuaram após a eleição de 2014, quando ambos passaram a experimentar variações negativas.

Gráfico 1 – Brasil: Evolução da Taxa de Variação do Emprego Formal e do PIB; 2010-2016 (%)



Fontes: MTE; IBGE.

Notas: *Estimativa do FMI. ** Estimativa do autor.

Deve-se recordar aqui que o primeiro mandato da Presidente Dilma foi marcado por uma situação atípica no mercado de trabalho, em que se conviveu com baixos níveis de aumento do PIB e com taxas de desemprego igualmente baixas. Ou seja, se em termos quantitati-

vos o mercado de trabalho mostrava algum vigor, isto ocorria em decorrência de patamares muito baixos de produtividade do trabalho, o que não deixava de ser um resultado ruim, ainda que não facilmente observável.

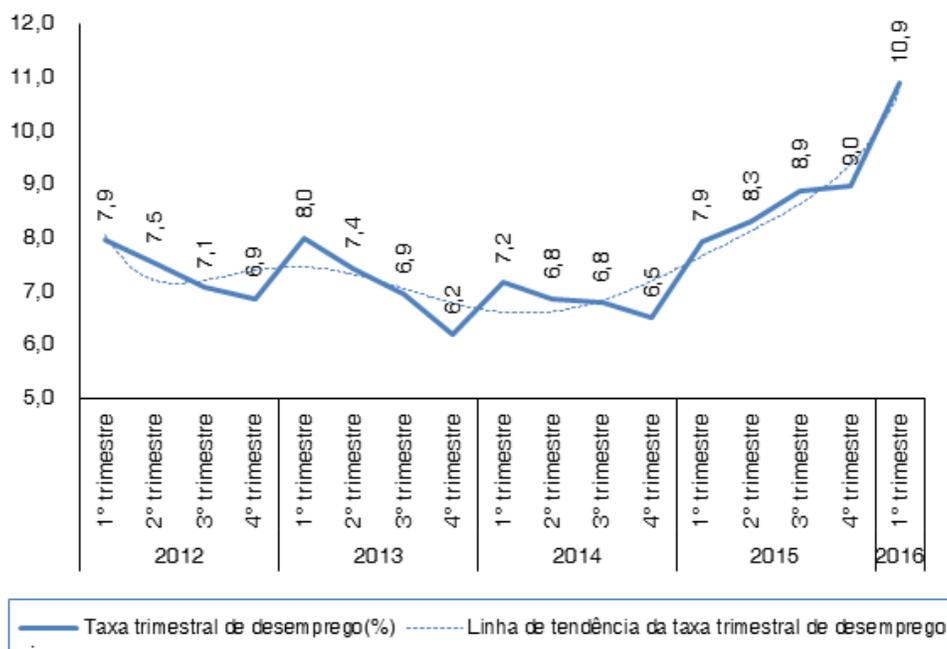
3 Os Reflexos na Taxa de Desemprego Aberto

A ocorrência de baixo desemprego até 2013, embora num contexto de baixos níveis de produtividade do trabalho, que revelava uma situação confortável para o mercado de trabalho, se desvaneceu a partir de meados de 2014, com o recrudesimento da desocupação, a qual vem se acelerando fortemente desde o início de 2015.

Entre o quarto trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2016 houve uma elevação de 4.4 pontos percentuais (!!) no desemprego aberto avaliado pela PNAD contínua, o que não deixa de ser uma cifra alta para tão curto período de tempo, conforme se observa no **Gráfico 2**. Mais importante que esses números é a observação da rapidez desse aumento mostrado pela linha de tendência da taxa de desemprego.

Outro aspecto a ser observado é que, em 2015, rompeu-se aquele tradicional comportamento sazonal típico do desemprego, o qual tende a crescer no início do ano, atingindo seu pico em meados do ano e caindo quando nos aproximamos do mês de dezembro. Em 2015, o desemprego cresceu continuamente ao longo do ano.

Gráfico 2 – Brasil: Desemprego Aberto Trimestral; 2012 -2016 (%)



Fonte: IBGE - PNAD Contínua.

De acordo com o IBGE:

No trimestre de janeiro a março de 2016, havia cerca de 11,1 milhões de pessoas desocupadas no Brasil. Esta estimativa no trimestre de outubro a dezembro de 2015 correspondia a 9,1 milhões, representando um

acréscimo de 22,2% ou mais 2,0 milhões de pessoas nesse contingente. No confronto com igual trimestre do ano passado esta estimativa subiu 39,8%, significando um aumento de 3,2 milhões de pessoas desocupadas na força de trabalho.¹

4 O Agravamento das Condições de Emprego Não Se Esgota na Elevação da Taxa de Desemprego

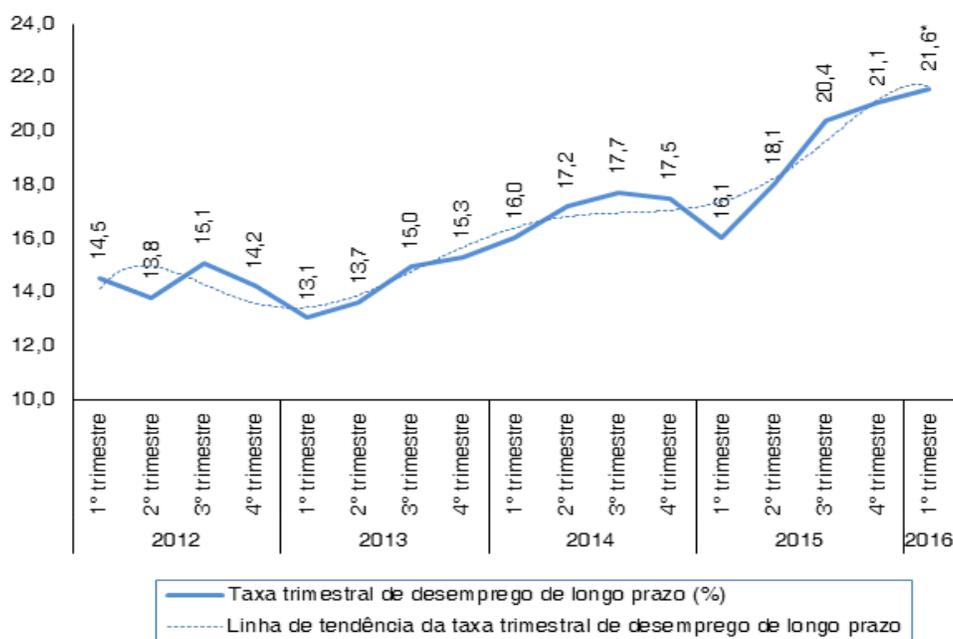
Outros elementos revelam a real deterioração do mercado de trabalho que vem ocorrendo em período recente no Brasil. Acompanhando a elevação da taxa de desemprego aberto, tem se verificado uma crescente dificuldade de recolocação do trabalhador desocupado em decorrência da retração da oferta de vagas, e a consequente retração das oportunidades de emprego.

Indicativo dessa afirmação é apresentado no **Gráfico 3**.² Nele, se verifica, desde o início de 2013, uma constante elevação do denominado desemprego de longo prazo, representado pelo percentual de trabalhadores, dentre os desempregados, que está há um ano ou mais procurando trabalho. De fato, no primeiro trimestre

de 2013, do total de desempregados buscando trabalho, 13,1% estavam há um ano ou mais nessa situação, cifra que se elevou para 21,6% no primeiro trimestre de 2016. São cifras expressivas para período tão curto.

De acordo com recente artigo publicado neste boletim, além de ser crescente o conjunto de desempregados de longo prazo no total dos desempregados, tem aumentado, também, o tempo médio de procura por trabalho, ao menos nas áreas metropolitanas.³ No primeiro trimestre de 2014, levava-se, em média, 21 semanas para obter uma nova ocupação na região metropolitana de São Paulo, valor este que subiu para, aproximadamente, 27 semanas no princípio de 2016. Ou seja, o desempregado está demorando atualmente cerca de meio ano para obter uma nova ocupação.

Gráfico 3 – Brasil: Desemprego Trimestral de Longo Prazo; 2012-2015 (%)



Fonte: PME - IBGE.

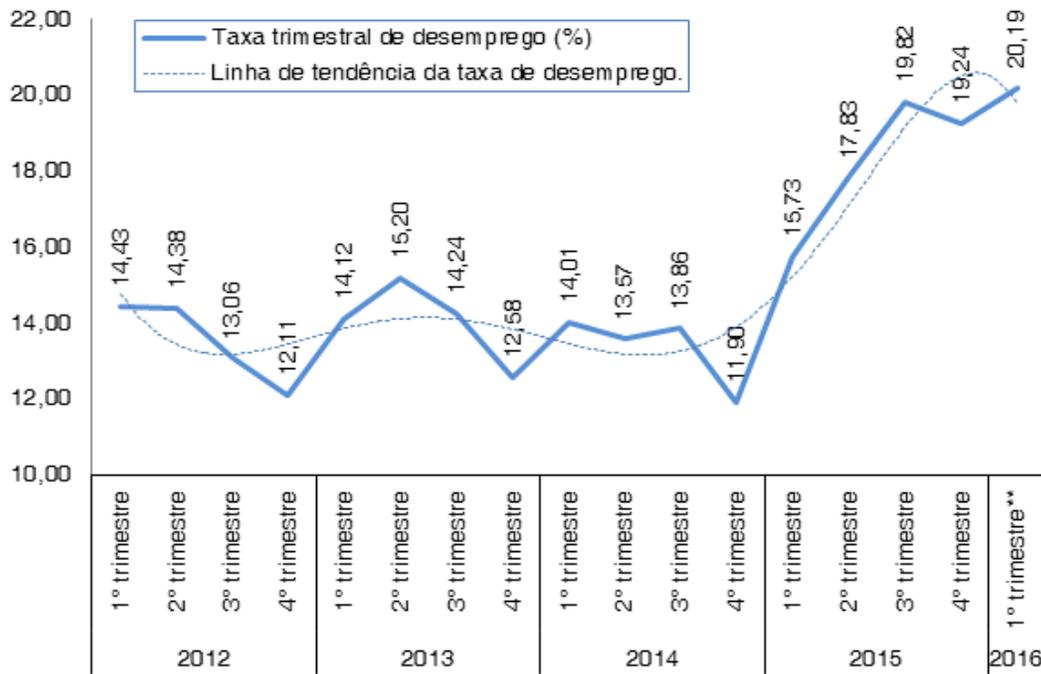
Nota: * Dado referente ao trimestre de dezembro a fevereiro de 2016.

Observação: Desemprego de longo prazo representa parcela de desempregados procurando emprego há mais de 1 ano sobre o total de desempregados.

A maior incidência do desemprego, representada pelo crescente número de desempregados de longo prazo, assim como o aumento do tempo em obter um novo emprego, apesar de ruim, não representa talvez o

lado mais dramático da deterioração do mercado de trabalho. A gravidade maior está no abrupto aumento da desocupação entre os jovens, conforme revelam as estatísticas do **Gráfico 4**.

Gráfico 4 – Brasil: Desemprego Trimestral Entre os Jovens*; 2012 -2016 (%)



Fonte: IBGE- PME.

Notas: *Desocupação das pessoas entre 14 e 24 anos de idade sobre pessoas na força de trabalho nessa faixa etária. ** Referente ao trimestre de dezembro a fevereiro de 2016.

Neste gráfico, se observa o forte crescimento do desemprego entre a população jovem de 14 a 24 anos. De fato, ao final do 4º trimestre de 2014, a taxa de desemprego dessa faixa etária estava em torno de 12,0%, valor que se elevou para 20,0%, no primeiro trimestre de 2016. Se o desemprego dos jovens tende a ser naturalmente maior do que a média da taxa global de desemprego, uma subida dessa magnitude não o é, revelando, de uma forma muito perversa, a deterioração do mercado de trabalho neste quarto mandato do governo do PT.

5 Desemprego no Brasil à Luz do Desemprego no Cenário Internacional⁴

A conjuntura econômica internacional, nos primeiros meses de 2016, se não está estagnada, tampouco apresenta um quadro de franca (ou forte) recuperação. De acordo com último relatório conjuntural do Fundo Monetário Internacional:

The baseline projection for global growth in 2016 is a modest 3.2 percent, broadly in line with last year, and a 0.2 percentage point downward revision relative to

the January 2016 World Economic Outlook Update. The recovery is projected to strengthen in 2017 and beyond, driven primarily by emerging market and developing economies, as conditions in stressed economies start gradually to normalize. But uncertainty has increased, and risks of weaker growth scenarios are becoming more tangible. The fragile conjuncture increases the urgency of a broad-based policy response to raise growth and manage vulnerabilities.⁵

Em termos regionais, tem-se que, no caso das economias emergentes, o crescimento seguirá sendo fraco e desigual. Brasil e Rússia têm experimentado forte quadro recessi-

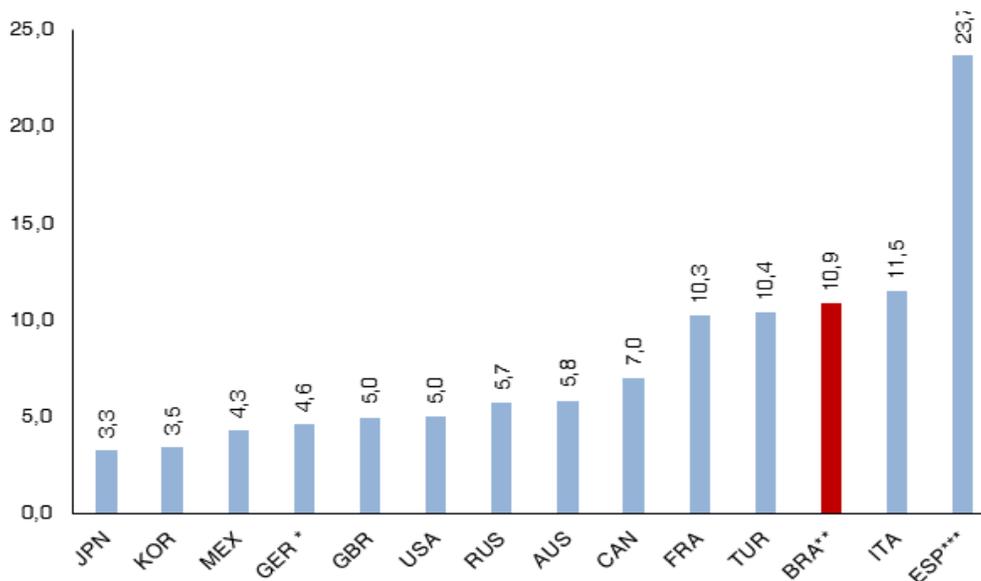
vo, a China está desacelerando, em parte devido ao declínio do comércio internacional, que também tem afetado a Índia e alguns emergentes. Este declínio do comércio está associado aos baixos padrões de investimentos em países emergentes e produtores de *commodities*. Nas economias avançadas, o crescimento deverá repetir os fracos resultados de 2015 em decorrência de problemas demográficos, baixa produtividade e heranças negativas ainda decorrentes da crise financeira internacional de 2008.

De qualquer forma, em termos globais, a situação econômica do resto do mundo ainda reflete um quadro mais animador do que o observado no Brasil. Em decorrência disto, em termos de desemprego, o **Gráfico 5**

revela que o crescimento da desocupação brasileira já atinge valores que se assemelham aos verificados no continente europeu, onde existem sólidos e amplos programas de Seguridade Social, o que aqui não se verifica. Lá, o desemprego fica desprotegido, aqui vira fraude ao seguro-desemprego e informalidade.

Neste mesmo gráfico, se verifica que países concorrentes do Brasil no cenário internacional como México, Coréia do Sul e Austrália possuem taxas de desemprego que representam a metade daquela aqui observada. Até mesmo a Rússia, onde a recessão se assemelha à brasileira, tem experimentado taxas de desemprego bem menores que as aqui observadas.⁶

Gráfico 5 – Desemprego em Países Selecionados do G20; Quarto Trimestre de 2015 (%)



Fontes: OECD DATA/IBGE- PNAD Contínua.

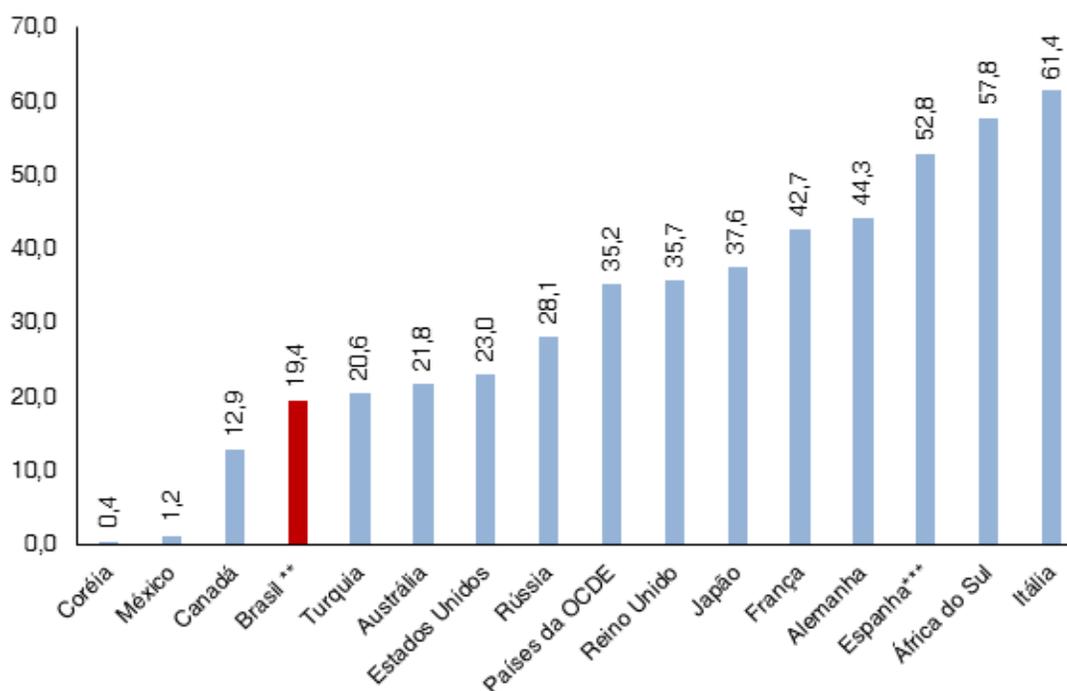
Notas: * Trimestre anterior. ** Taxa referente ao trimestre de janeiro a março de 2016. *** Não faz parte do G20.

Com relação ao desemprego de longo prazo, retratado no **Gráfico 6**, a situação brasileira, ainda que venha piorando em período recente, parece bem menos dramática do que aquilo que se observa nos países do G20, especialmente em países europeus.

De fato, enquanto aqui cerca de 20,0% dos desempregados estão há um ano ou mais nessa situação,

na média dos países da OCDE, essa cifra é de 35,0%; na Alemanha, é 44,0%; na Espanha, é de 53,0%, e, na Itália, chega a 61,0%, para mencionar apenas alguns países. Dentre os emergentes, a situação mais grave parece ser na África do Sul, onde aproximadamente 58,0% dos desempregados estão há um ano ou mais nessa situação.⁷

Gráfico 6 – Desemprego de Longo Prazo em Países Seleccionados do G20*; 2014 (%)



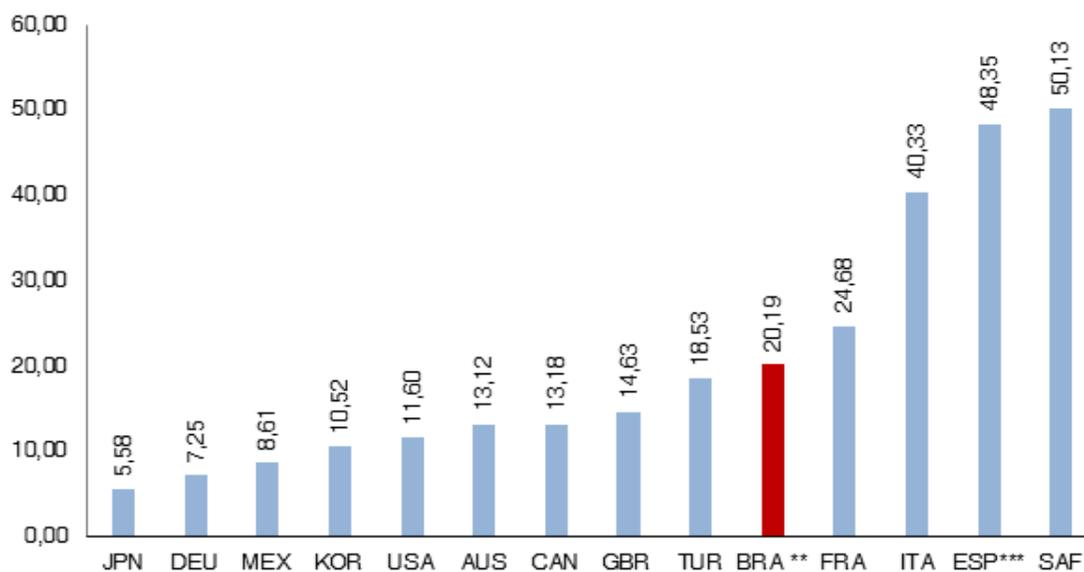
Fontes: OECD DATA/IBGE - PME.

Notas: * Desemprego de longo prazo: parcela de desempregados procurando emprego há 1 ano ou mais sobre o total de desempregados (último dado disponível). ** Dado referente à média mensal de desemprego de longo prazo dos últimos 12 meses disponíveis. *** Não faz parte do G20.

Por fim, a comparação referente ao desemprego entre os jovens, mostrada no **Gráfico 7**, revela situação semelhante à observada com relação ao desemprego de longo prazo. Mesmo com o agravamento das condições de empregabilidade da população jovem brasileira, resultando numa crescente taxa de desemprego entre

eles (hoje em 20,3%), esta ainda é bem menor que em países como a França (24,7%), e substancialmente menor do que a Itália (40,3%) e a Espanha (48,6%). Em particular, verifica-se que metade da população economicamente ativa jovem entre 14 e 24 anos está desempregada, tanto na Espanha como na África do Sul.

Gráfico 7 – Desemprego entre Jovens em Países Seleccionados do G20*; 2015 (%)



Fontes: OECD DATA/IBGE - PME.

Notas: * Desemprego entre pessoas de 14 a 24 anos sobre o total da força de trabalho na mesma faixa etária. ** Dado referente à média dos últimos 12 meses disponíveis. *** Não faz parte do G20.

1 *Boletim Indicadores IBGE*, Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Contínua, março de 2016.

2 Este gráfico, obtido por meio dos dados da PME-IBGE, engloba apenas as seis principais regiões metropolitanas do País (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador, Recife e Belém). Não se trata, portanto, do total dos desempregados brasileiros, mas sim de uma amostra bastante representativa pela importância dessas cidades no conjunto de desempregados do Brasil.

3 Ver CHAHAD, J. P. Z. O mercado de trabalho em 2016: o que já está ruim ainda vai piorar. *Informações Fipe*, n. 425, fev. 2016.

4 O presente texto se restringirá a comparar o desemprego brasileiro com alguns países selecionados no âmbito do G20, e somente para os casos da taxa de desemprego global, o desemprego de longo prazo e o desemprego entre jovens.

5 Ver WORLD ECONOMIC OUTLOOK. Too slow for too long. *Executive Summary*, p. XV, April 2016.

6 Embora devam ocorrer diferenças metodológicas na mensuração da taxa de desemprego entre países, isto não impede comparações entre eles, especialmente devido ao tamanho das diferenças verificadas.

7 As altas cifras de desempregados de longo prazo observadas nos países europeus estão associadas a Sistemas de Seguridade Social

muito amplos e bastante generosos, em que o indivíduo tende a protelar a busca por trabalho sem grande perda na sua qualidade de vida ao ficar desempregado.

(*) Professor Titular da FEA/USP e Pesquisador da FIPE. O autor agradece a estagiária de pesquisas Anna Costola Pedra pela busca de dados e elaboração de gráficos e tabelas. (E-mail: jpchahad@usp.br).

Alguns Elementos a Serem Considerados no Estudo de Novas Áreas Incorporadas ao Ecúmeno

IRACI DEL NERO DA COSTA (*)
AGNALDO VALENTIN (**)

Quando se analisa o processo de incorporação de uma área (neste texto nos permitimos tomar, como sinônimos, os termos “local”, “núcleo”, “área” e “região”) ao ecúmeno, é recomendável atentar, antes do mais, para seus predicados geográficos e os fatores que atuaram no sentido de atrair seus ocupantes. Quanto a estes, é preciso procurar reconhecer suas expectativas e os eventuais planos que formularam quando decidiram deslocar-se para tal área e ocupá-la. É necessário, ademais, efetuar o levantamento de seus conhecimentos, de seu preparo para a promoção do aproveitamento da região ocupada e dos bens com que chegaram a ela. Igualmente relevante é a determinação das relações estabelecidas entre as pessoas cujo deslocamento está sendo contemplado: vieram elas em grupos; são pioneiros isolados (solteiros), ou seus familiares foram deixados em outras plagas para, eventualmente, serem chamados num segundo momento?

Com respeito ao local para o qual se dá o deslocamento, além dos

elementos de ordem geográfica, já lembrados acima, e das eventuais aptidões da área em termos da disponibilidade de recursos, qualidade das terras, vias fluviais existentes, clima, regime térmico e de chuvas, condições pedológicas e perfil do terreno (montanhoso, plano, recortado etc.), deve-se emprestar especial atenção para as vias de comunicação já existentes, assim como para a abertura de novos caminhos e rotas e seu desenvolvimento no espaço e no tempo, ou seja, tem-se de considerar a disponibilidade de caminhos (terrestres, lacustres, marítimos e fluviais) que possam servir ao escoamento da produção local e ao recebimento de bens, serviços e informações de outras áreas.

Caso se trate de um ambiente com predominância do sistema escravista, é forçoso saber como essa região se vincula com as redes de comercialização de cativos, quais são os mercados fornecedores de mão de obra servil e quais os laços comerciais estabelecidos entre essas regiões.

De outra parte, ao apreciarmos o processo de acumulação, é imprescindível levar em conta os distintos momentos estudados, considerando, também, que cada fase (reconhecimento, ocupação, alargamento da ocupação, fixação definitiva, expansão produtiva, estabelecimento de comércio sedentário e desdobramento de núcleos rurais e urbanos, etc.) apresenta determinados limites para o processo de acumulação individual e do corpo social visto como um todo. Vale dizer, deve-se considerar que, ao lado do dinamismo e da capacitação de caráter pessoal (ao lado da acumulação em termos individuais), existem potencialidades objetivas que dão o ritmo ao processo de “acumulação do conjunto social local”, potencialidades estas as quais, a cada passo, atuando como um fator sobredeterminante, estabelecem o balizamento dos processos individuais de enriquecimento. Ademais, o nível de vinculação entre a área em foco e as redes de comércio regionais, coloniais ou nacionais e internacionais condiciona tanto o processo local de acumulação como, por conse-

quência, os caminhos pessoais de enriquecimento.

Assim, revela-se, como tópico da mais alta importância, a definição pormenorizada do padrão de acumulação seguido no correr do tempo pelo núcleo tomado como um todo e em sua interação com o meio colonial ou nacional, bem como com o âmbito internacional. Paralelamente, nos quadros de tal padrão, é necessário verificar como se processa, a cada lapso, o desempenho dos distintos agentes econômicos que se desenvolveram na área. Aqui, além dos indivíduos, terão de ser considerados os diferentes segmentos ocupacionais existentes localmente.

No tocante às pessoas e aos grupos cuja atração deu-se num segundo momento do processo de ocupação (depois de efetuado o reconhecimento, o desbravamento da área e de ter-se iniciado a sedimentação do novo núcleo), impõe-se a averiguação detalhada de seus atributos de caráter objetivo e subjetivo. Quais as características desse(s) novo(s) grupo(s)? Seu nível de conhecimento e informação? Sua riqueza? Qual a composição do conjunto de seus bens (inclusive e sobretudo de escravos, se for o caso)? Quais as formas de transmissão e manutenção da riqueza entre as

gerações? Enfim, deve-se, sempre, qualificar as distintas “ondas” de novos ocupantes e, para cada uma dessas “levas” (desses momentos), distinguir as particularidades dos diferentes grupos e pessoas que as compõem, ponderando o duplo condicionamento existente entre os novos grupos e aqueles já instalados anteriormente.

Não se deve esquecer, ainda, que tais regiões certamente conheceram um fluxo populacional, vale dizer, há que se reconhecer os fatores promotores tanto da imigração como da emigração. Ao investigador cabe a consideração de ambos os movimentos, buscando associá-los ao já citado processo de “acumulação social”. Assim, por exemplo, constatar a intensificação ou arrefecimento da associação entre negócios e ligações familiares pode fornecer um indicador relativamente contínuo do dinamismo local, assim como desvendar vínculos que dificultem a aludida mobilidade de setores da sociedade estudada, especialmente em momentos econômicos adversos.

Cumprir notar, por fim, a relevância assumida pelos elementos arrolados acima, quando se pretende estabelecer comparações entre o comportamento no correr do tempo, das distintas condições

sobre as quais se alicerçaram as localidades estudadas. Sem o conhecimento mais denso dos caminhos por elas trilhados e dos substratos de ordem objetiva e subjetiva que informaram e enformaram o desenvolvimento de cada área, o mero confronto de uns poucos indicadores estatísticos revela-se ilusório, pouco profícuo e, portanto, absolutamente inútil. Assim, ao dirigirmos nossos esforços para a construção de uma história regional solidamente embasada no conjunto das ciências sociais colocadas à disposição do historiador, estaremos, correlatamente, erigindo as bases indispensáveis aos confrontos dos quais resultará a identificação dos vários padrões de evolução, que certamente estiveram presentes na formação das “populações” e das “economias” contempladas.

(*) *Professor Livre-Docente aposentado da FEA-USP. (E-mail: idd@terra.com.br).*

(**) *Professor Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH-USP. (E-mail: guiligui@usp.br).*

Decomposição Espacial dos Preços de Imóveis Residenciais no Município de São Paulo

RODGER BARROS ANTUNES CAMPOS (*)

1 Introdução

O bem “residência” possui uma grande importância na vida das pessoas, por ser o ativo de maior valor em seus patrimônios, e está intrinsecamente relacionado à dignidade humana. Some-se a isso o fato de que o acesso à moradia configura, por conseguinte, o acesso aos bens públicos ofertados na cidade. Estes fatos, conjuntamente, conferem um cunho social a este tipo de bem.

Considerando o mercado habitacional de uma cidade com mais de 11 milhões de habitantes como São Paulo, com uma grande oferta de infraestrutura (saneamento, ruas, trens, metrô, etc.), serviço (educação, saúde, segurança, lazer, etc.) e externalidades negativas (congestionamento, poluição, criminalidade, etc.), a análise da dinâmica temporal e espacial de preços de imóveis se torna ainda mais complexa. Portanto, além das características do imóvel *per se*, devem-se considerar as forças provenientes do processo de aglomeração urbana, as quais refletem na configuração do espaço urbano e nos preços dos imóveis.

Nesse sentido, torna-se necessário estudar os fatores espaciais capazes de afetar o preço dos imóveis residenciais. Buscando superar a limitação dos modelos microfundamentados tradicionais (ALONSO, 1964; MUTH, 1967, 1972; MILLS, 1972), Brueckner *et al.* (1999) trazem à tona a questão das amenidades, isto é, as qualidades inerentes ao espaço geográfico capazes de alterar o vetor dos preços dos imóveis.

Como o município de São Paulo não é homogêneo em toda sua extensão, e as amenidades se distribuem segundo vários fatores, convém dividir esse espaço em determinadas unidades espaciais, convencionalmente denominadas por vizinhança, na literatura. Portanto, neste artigo, objetiva-se estudar a decomposição dos preços dos imóveis residenciais no município de São Paulo e analisar as correlações das características dos imóveis, do distrito que esse imóvel está inserido e dos distritos vizinhos, sobre os preços.

O artigo trata do impacto dos efeitos de vizinhança e de adjacência sobre os preços dos imóveis. O primeiro efeito refere-se ao impac-

to que as amenidades, na área em que o imóvel está espacialmente localizado, exercem sobre o preço dos imóveis. O segundo efeito diz respeito ao efeito transbordamento absoluto que as demais vizinhanças exercem sobre aquela em que o imóvel, especificamente, está sendo analisado. A compreensão desses efeitos, todavia, exige uma abordagem metodológica específica, capaz de considerar as características intrínsecas dos imóveis, bem como as amenidades. Usando o Modelo Hedônico Hierárquico Linear Espacial, foi possível considerar a hierarquia dos dados (características dos imóveis e características das unidades espaciais), mensurando o impacto que cada nível hierárquico exerce sobre o preço.

Na literatura internacional sobre o mercado imobiliário, existem trabalhos que adotam técnicas de econometria espacial para controlar a heterogeneidade e autocorrelação espacial, mas ignoram o caráter hierárquico dos dados (DUBIN, 1988, 1992; CAN, 1990, 1992; KIM *et al.*, 2003; BAUMONT, 2004, 2007; BAUMONT; LEGROS, 2009; OSLAND, 2010; BOURASSA *et al.*, 2010, entre outros). Há ainda

os trabalhos que estudaram o mercado imobiliário considerando o caráter hierárquico, mas não levaram em conta os efeitos espaciais (autocorrelação e heterogeneidade espaciais), tais como Jones e Bullen (1994), Goodman e Thibodeu (1998), Brown e Uyar (2004), Uyar e Brown (2007).

Na maioria dos trabalhos da literatura nacional sobre a determinação de preços no mercado imobiliário, os efeitos espaciais, bem como a questão da hierarquia dos dados, não foram considerados nas análises (SARTORIS, 1996; AGUIRE; FARIA, 1997; CUNHA, 2000; BIDERMAN, 2001; BATALHONE; MUELLER, 2002; NETO, 2002; SOUZA FILHO; ARRAES, 2004; RODON; ANDRADE, 2005; TEXEIRA; SERRA, 2007; FÁVERO *et al.*, 2008b; PAIXÃO, 2009; MACIEL; BIDERMAN, 2013). Existe ainda um conjunto de trabalhos que incorpora a autocorrelação espacial na análise do mercado imobiliário brasileiro (MACEDO, 1996; MACEDO; SIMÕES, 1998; HERMMANN; HADDAD, 2005; FURTADO, 2009; DANTAS *et al.*, 2010; NADALIN, 2010), mas desconsideram a hierarquia.

Entretanto, existem apenas alguns trabalhos sobre o mercado imobiliário brasileiro, considerando o aninhamento dos dados, mas sem tratar a dependência espacial (FÁVERO; BELFIORE, 2008; LIMA; SIMÕES, 2010; FÁVERO, 2010¹). Recentemente, Aguiar, Simões e

Golgher (2012) estudaram a questão da hierarquia dos dados e a autocorrelação espacial no mercado imobiliário, ao estimar o determinante do preço dos apartamentos e casas na cidade de Belo Horizonte (Minas Gerais) sob as abordagens do modelo hierárquico linear espacial.

Além desta seção introdutória, o artigo está organizado em cinco seções. A próxima seção trata de explicitar a fundamentação teórica que guiará o desenvolvimento do trabalho. A terceira seção explica objetivamente o modelo hedônico hierárquico linear espacial adotado neste trabalho. A quarta seção apresenta a unidade espacial do trabalho, as variáveis do modelo e a base de dados. A quinta seção traz os resultados empíricos para os dois modelos. Por fim, são tecidas as considerações finais e possíveis extensões são expostas na derradeira seção.

2 Fundamentação Teórica

Assim, a discussão teórica sobre os determinantes dos preços dos imóveis dentro do modelo hedônico pode ser resumida pela seguinte função:

$$P = f(CI, L, A, WP, WA) \quad (1)$$

Os preços dos imóveis podem ser considerados uma função composta pelos seguintes fatores: a) Características intrínsecas (*CI*), tais

como número de quarto, banheiro, garagem, área útil, área total, etc; b) Localização e acessibilidade (*LA*), tais como a distância ao(s) centro(s) da cidade, a distância até a estação de trem ou metrô mais próxima, etc; c) Amenidades (*A*), tais como qualidade do bairro, segurança, parques, cinemas, teatros, etc.; d) Média dos preços das residências na vizinhança (*WP*); e) Amenidades defasadas espacialmente (*WA*).

Neste artigo, chama-se **efeito vizinhança** (*EV*) a influência que a localização e acessibilidade (*LA*) e as amenidades (*A*) dos imóveis que fazem parte da vizinhança de uma unidade espacial (bairro ou distrito) exercem sobre o preço do imóvel, ao passo que **efeito adjacência** (*EA*) diz respeito à influência que as amenidades das unidades espaciais adjacentes (*WA*) exercem sobre os preços dos imóveis. Isto é, segundo Can (1992), o primeiro captura o impacto das características intradistrito; o segundo incorpora os efeitos de transbordamento espacial (entre distritos).

3 Metodologia

A estimação dos efeitos vizinhança e adjacência representa um desafio metodológico. Isso acontece porque esses fatores explicativos dos preços dos imóveis estão representados por dados estruturados em diferentes hierarquias. As informações de características intrínsecas,

localização e acessibilidade (*LA*) dizem respeito aos imóveis *i*, ao passo que as informações sobre *A* e *WA* referem-se a regiões *j* onde estão localizados esses imóveis.

O primeiro modelo estimado é o Modelo Não Condicional Anova com Efeitos Aleatórios. Este modelo fornece as informações preliminares úteis em relação à variabilidade do resultado de cada um dos níveis hierárquicos, justificando a utilização do segundo nível hierárquico.

O Modelo Condicional Ancova (Espacial)² é estimado considerando as variáveis independentes para ambas as hierarquias. O primeiro nível é especificado para os atributos de cada imóvel *i* (*CI*) e sua localização e acessibilidade (*LA*).

A modelagem nesse trabalho considera apenas o preço médio dos imóveis apresentando efeitos mistos (também chamado de modelos de coeficientes aleatórios). Ou seja, são considerados fixos na estimação quando o preço médio varia espacial e aleatoriamente – regressão com termo de erro.

A partir dos modelos, é possível medir o coeficiente de correlação intraclasse. E a estimação do Modelo Não Condicional fornece a variação do preço do imóvel para os dois níveis. Sendo que a variância do preço do imóvel é capturada no primeiro nível, enquanto a variabi-

lidade entre os grupos é capturada no segundo.

Como resultado, é possível considerar os efeitos vizinhança e adjacência na composição dos preços dos imóveis levando em conta a hierarquia dos dados. A modelagem econométrica espacial estimada (para o segundo nível) segue a equação 3.b, entendendo o efeito vizinhança como o efeito gerado pelas amenidades (*A*), enquanto o efeito adjacência é o efeito gerado pela defasagem das amenidades (*WA*).

4 Base de Dados

4.1 Unidade Espacial

Dada a relevância dos efeitos espaciais no estudo de determinação do preço, é necessário que a unidade espacial seja escolhida para se poder definir o efeito vizinhança e o efeito adjacência. A cidade de São Paulo é dividida geograficamente em 96 distritos, portanto, as amenidades (*A*) serão definidas para cada distrito, formando as vizinhanças.

Os dados com as informações sobre os imóveis estão expressos na forma de pontos no espaço, em que cada ponto diz respeito a uma residência associada ao preço de venda³ e às características intrínsecas (*CI*). A informação sobre localização e acessibilidade (*LA*) também se apresenta na forma de

pontos. Em relação a cada imóvel, é computada a distância euclidiana àqueles pontos (*i.e.* entre o imóvel e o ponto de referência – centro de negócios, estação de trem e/ou metrô). Já a informação sobre as amenidades (*A*) é agrupada em unidades espaciais, ou seja, os distritos do município.

4.2. Variáveis do Primeiro Nível

Preços dos Imóveis: a base de dados do mercado imobiliário referente ao primeiro nível do MHL é proveniente da Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio (Embraesp) com 9.684 lançamentos verticais entre janeiro de 1985 até julho de 2012. Este conjunto de dados é do tipo agrupado (*pooled data*), possuindo a dimensão de corte transversal e temporal. Porém, ao contrário de um painel de dados, os imóveis individualmente não são acompanhados ao longo do tempo.

Características Intrínsecas (CI): a base de dados da Embraesp contém também informações sobre a estrutura do imóvel (área útil, área total, vagas de garagem, quartos, elevadores, blocos, andares, padrão dos apartamentos – alto, médio, baixo – e *dummies* temporais).⁴

Localização e Acessibilidade (LA): costuma-se também utilizar as medidas de acessibilidade como características que influenciam o preço do imóvel. Para isso, computa-se uma variável explicativa me-

dindo as distâncias euclidianas ao centro de negócio em quilômetros, buscando captar o efeito do custo do deslocamento no preço dos imóveis (distância à Sé, ao metrô, à favela, ao hospital, à clínica).

4.3 Variáveis do Segundo Nível Hierárquico

Amenidades (A): quanto às amenidades, são consideradas as seguintes variáveis: a) infraestrutura urbana do distrito (proporção da população com acesso a: rede de esgoto, abastecimento de água, coleta de lixo e energia elétrica) que, na modelagem econométrica,

foi utilizada após o agrupamento das variáveis por intermédio da Análise de Componente Principal (ACP), como *proxy* da participação de áreas subnormais dentro de cada distrito; b) taxa de homicídio, buscando captar o nível de segurança do distrito; c) biblioteca, cultura (teatro e cinema) e densidade arbórea, buscando avaliar a quantidade de lazer disponível; d) número de postos de emprego como *proxy* para centros e subcentros de negócios; e) densidade de estabelecimentos, objetivando ressaltar o impacto dos serviços; f) densidade populacional como *proxy* para o efeito da aglomeração

populacional, e g) o coeficiente de hospitais por mil habitantes como *proxy* para serviço de saúde.

5 Resultados e Discussão

Pode-se concluir, a partir da Tabela 3, que a hipótese nula da aleatoriedade do intercepto, no primeiro nível, é rejeitada, pois o componente da variância (τ_{00}) é diferente de zero e estatisticamente significativo. Portanto, observa-se que as vizinhanças formadas pelos distritos do município de São Paulo apresentam efeitos distintos na determinação dos preços dos imóveis.

Tabela 3 – Parâmetro e Decomposição de Variância para o Modelo Anova com Efeito Aleatório

Efeito Aleatório	Componente de Variância	P-valor
Imóveis: $\text{Var}(\gamma_{ij}) = \sigma^2$	0,442	
Distrito: $\text{Var}(\beta_0) = \tau_{00}$	0,305*	0,000

Nota: * $p < 0.01$; ** $p < 0.05$; *** $p < 0.1$.

Com base nos resultados do modelo Anova reportados na Tabela 3, as variações no preço de venda dos imóveis podem ser divididas em dois componentes de variância (imóveis e distritos): $\sigma^2 = 0,442$ e $\tau_{00} = 0,305$. Computando-se a correlação intraclasse, há evidências de que 59% da variação dos preços dos imóveis é devida à estrutura e da localização e acessibilidade referentes aos imóveis, ao passo que 41% da variabilidade dos preços diz respeito aos distritos.

O modelo Anova especifica a variabilidade associada com imóveis e distritos, mas parte dessa variabilidade pode estar atrelada às características intrínsecas e extrínsecas. Para analisar a decomposição dos preços e os coeficientes, considera-se o modelo Anova Espacial, devido à correção da dependência espacial, garantindo parâmetros não enviesados e/ou níveis de significância confiáveis.

Assim, ao adicionar as variáveis ao modelo (Tabela 4), é possível analisar a decomposição da variância dos preços. Primeiramente, nota-se que a variância dentro da célula, nos preços de venda, sofreu um declínio de 0,442 para 0,048, o que implica que as variáveis de contexto incluídas no modelo representam 89,1% das diferenças remanescentes nos preços dos imóveis localizados no mesmo distrito.

A variância estimada para o segundo nível fornece evidência empírica sobre a variabilidade na distribuição dos preços entre distritos. A homogeneidade sobre a variância do distrito é rejeitada em 1%, segundo o teste Qui-Quadrado (χ^2). Portanto, os coeficientes das variáveis referentes às amenidades são estatisticamente significativos.

Sobre a variância estimada nos preços de venda dos imóveis entre distritos, nota-se uma queda da variância de 0,305 para 0,103. Após as variáveis de amenidades serem agregadas, 65,6% da variação remanescente nos preços médios de venda dos imóveis é explicada pelas variáveis de contexto *A* e *WA*.

A estimação final dos efeitos fixos com erros padrão robustos apresentou alguns coeficientes de variáveis estatisticamente não significativos, tais como *elevadores*, *área total* e *distância ao hospital*, indicando que os consumidores podem não ter preferências por essas características. Porém, os coeficientes para número de *dormitórios*, *banheiros*, *vagas*, *blocos*, *andares*, *área útil*, *distância ao trem/metropolitano* e *distância às favelas* são estatisticamente significativos.

O coeficiente da variável utilizada para medir acessibilidade à Sé comporta-se como esperado pela teoria, isto é, apresenta sinal negativo e significativo, retratando o

custo de deslocamento até a região central da cidade.⁵

Quando se mede a possibilidade de deslocamento por meio de metrô e/ou trens, o coeficiente dessa variável é estatisticamente significativo e com sinal negativo, como em Herman e Haddad (2005). O coeficiente da variável referente à proximidade de favelas é significativo e também apresenta o sinal esperado, evidenciando que quanto mais distante ficar a residência de lugares subnormais, mais disposto a pagar estará o consumidor, em consonância com o resultado obtido por Nadalin (2010). A cada quilômetro adicional em relação às áreas de favelas, tudo o mais constante, o consumidor aceitaria pagar até 2,8% a mais no preço do imóvel.

Quanto às variáveis que medem o efeito vizinhança (EV), os coeficientes que apresentam significância estatística são: o coeficiente de *homicídio*, de *densidade populacional* e de *estabelecimentos*.

A partir do modelo estimado, as residências localizadas numa vizinhança cuja taxa de *homicídio* e *densidade populacional* sejam altas impactam negativamente sobre o preço médio do imóvel. Enquanto a primeira variável diz respeito à insegurança na vizinhança, a segunda sugere o efeito negativo da aglomeração de pessoas no mesmo distrito, tais como o trânsito na

utilização das avenidas, concorrência na utilização dos serviços, etc.

O coeficiente da variável *densidade de estabelecimentos*, *proxy* para a quantidade de serviços em cada distrito, apresentou-se significativo a 1%. É possível notar que a oferta de serviços dentro do distrito implica valorização média das residências. O sinal positivo estaria revelando a preferência do consumidor por essa qualidade no distrito em que o imóvel está localizado.

Quanto às variáveis que medem o efeito adjacência (EA), os coeficientes que apresentam significância estatística são, a saber: o coeficiente de *def. homicídio*, *def. emprego*, *def. densidade populacional* e *def. cultura*.

Nota-se que o efeito espacial medido pelas variáveis *def. homicídio* e *def. densidade populacional* dos vizinhos adjacentes afetam negativamente a determinação dos preços médios (efeito adjacência), assim como as variáveis *homicídio* e *densidade populacional* (efeito vizinhança). De outro modo, os distritos cujos vizinhos apresentem alto índice de homicídio implicam redução do preço médio do imóvel, devido ao transbordamento negativo. O efeito negativo conjunto é de 5,15%.⁶

Das defasagens espaciais utilizadas para captar lazer, os coeficientes da quantidade de *biblioteca* e *densida-*

de arbórea dos vizinhos adjacentes não foram significativos. Todavia, a defasagem espacial da amenidade *cultura* (*WA*), ofertada pelos distritos adjacentes, afeta positivamente os preços médios dos imóveis (ao nível de significância estatística de 11%), sugerindo que os consumidores maximizam a sua utilidade residindo próximo aos distritos que ofertam cinemas e teatros, e estão dispostos a pagar por essa “qualidade”. Em outras palavras, para as famílias, não há necessidade que estes serviços estejam localizados espacialmente no distrito em que reside; contudo, deve circundar o distrito em que vive.

O coeficiente da variável *emprego* não apresentou significância estatística como efeito vizinhança, mas o coeficiente da defasagem espacial da variável é estatisticamente significativo, isto é, existe transbordamento quanto à quantidade de

emprego ofertada pelos distritos vizinhos.

Cabe destacar que, depois da inclusão das defasagens espaciais das amenidades (*WA*) no modelo hierárquico condicional espacial, a análise exploratória espacial dos seus resíduos indicou a ausência de autocorrelação espacial, tanto no primeiro quanto no segundo nível hierárquico – como demonstrado pelo *I* de Moran na Tabela 4, a seguir.

Considerando o modelo sem controle espacial, é possível apenas analisar o efeito vizinhança. Nessa abordagem, as características extrínsecas incluídas (Equação 3.b com $\rho_{0n} = 0$) no modelo passam a explicar 47,6% das diferenças remanescentes nos preços dos imóveis no mesmo distrito (comparação da variância entre os modelos Anova e Ancova sem

defasagem). Relacionando ao modelo com correção espacial, o nível de explicação se reduziu em 18%, aludindo à importância explicativa das características dos vizinhos adjacentes.

Portanto, a partir do índice de correlação intraclasse (*corr*) é possível decompor o preço dos imóveis no município de São Paulo. No modelo com correção espacial, as características intrínsecas explicam 68,2% dos preços, enquanto às características extrínsecas cabem 31,8% das explicações. No que diz respeito ao modelo sem correção, 75,1% são devidos às características de primeiro nível, e 24,8% decorrem do efeito vizinhança. Dessa forma, pode-se dizer que 7% da decomposição dos preços médios dos imóveis correspondem ao efeito adjacência e 24,8% ao efeito vizinhança.

Tabela 4 – Parâmetros e Decomposição de Variância para o Modelo Condicional

Efeito Fixo	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	Grau de Liberdade	P-valor
Nível 1: $\ln(Y_{ij}) = \beta_{0j} + \sum_{i=1}^N \beta_{ij} Z_{ij} + r_{ij}$					
Dormitório	0.161*	0.006	24.987	9633	0.000
Banheiro	0.104*	0.016	6.542	9633	0.000
Vaga	0.144*	0.024	6.076	9633	0.000
Elevador	0.003	0.002	1.254	9633	0.210
Bloco	-0.019*	0.004	-4.606	9633	0.000
Andar	0.002*	0.001	2.467	9633	0.014
Área útil	0.002*	0.000	6.434	9633	0.000
Área total	0.000	0.000	0.307	9633	0.759
Distância ao CBD	-0.017**	0.008	-2.242	9633	0.025
Distância ao Metrô/Trem	-0.016**	0.008	-2.003	9633	0.045
Distância à Favela	0.028**	0.013	2.108	9633	0.035
Distância ao Hospital	-0.005	0.010	-0.461	9633	0.644
SPA	0.634*	0.022	28.332	9633	0.000
SPM	0.306*	0.011	28.274	9633	0.000
Time dummy	Sim				
	Coefficiente	P-valor		Coefficiente	P-valor
Nível 2: $\beta_{0j} = \gamma_{00} + \sum_{j=1}^J \gamma_{0j} A_{kj} + \sum_{j=1}^J \rho_{0j} W A_{kj} + u_{0j}$					
Intercepto	11.297*	0.000		11.962*	0.000
Estrutura	-0.011	0.917		-0.004	0.950
Homicídio	-0.036*	0.000		-0.023*	0.000
Cultura	0.002	0.645		0.002	0.558
Biblioteca	0.003	0.691		-0.009	0.251
Emprego	0.004	0.157		0.001	0.583
Densidade Populacional	-0.035*	0.001		-0.025*	0.005
Densidade Arbórea	0.051	0.895		-0.036	0.906
Densidade Estabelecimento	0.230*	0.002		0.138**	0.026
Hospital por mil	-0.936**	0.027		-0.627	0.219
Def. Estrutura	-	-		0.034	0.824
Def. Homicídio	-	-		-0.03**	0.022
Def. Cultura	-	-		0.015	0.110
Def. Biblioteca	-	-		-0.022	0.464
Def. Emprego	-	-		0.01**	0.019
Def. Densidade Populacional	-	-		-0.036**	0.017
Def. Densidade Arbórea	-	-		0.619	0.190
Def. Densidade Estabelecimento	-	-		0.017	0.869
Def. Hospital por mil	-	-		-1.152	0.154
Efeito Aleatório	Componente da Variância	P-valor		Componente da Variância	P-valor
Imóveis	0.0482			0.0480	
Distritos	0.1454*	0.000		0.103*	0.000
Termo de Erro	I de Moran			I de Moran	
Imóveis		0.000		-9.333	0.986
Distritos (Queen)	0.1585***	0.007		0.0373	0.212

Nota: * $p < 0.01$; ** $p < 0.05$; *** $p < 0.1$.

6 Considerações Finais

O modelo hierárquico linear espacial contribui para a análise do efeito vizinhança e do efeito adjacência, permitindo caracterizar a distribuição do valor dos imóveis no espaço e observar a variância decorrente de cada nível hierárquico. Tal abordagem permite capturar as similaridades entre localização e preço do imóvel, bem como modelar o efeito de transbordamento entre os distritos, isto é, o efeito adjacência e, por conseguinte, corrigir a dependência espacial.

No que tange à estimação, notou-se que 31,8% do preço dos imóveis é explicado pelo segundo nível hierárquico. Ademais, pôde-se concluir que as características intrínsecas são responsáveis por 68,2% da variação dos preços de venda dos imóveis. E, dessa proporção, 89% são explicados pelas características intrínsecas; enquanto, no que diz respeito ao segundo nível, as características extrínsecas explicam 75,1% da decomposição.

Os resultados revelam que os consumidores apreciam amenidades, tanto no distrito em que o imóvel está localizado quanto no distrito contíguo, sendo importante ressaltar que o efeito adjacência explica 7% do preço da residência. Ademais, foi possível compreender que alterações em determinadas amenidades de distritos adjacentes são capazes de transbordar e

afetar o sistema de preços médios dos imóveis.

Portanto, o estudo da avaliação dos atributos e os respectivos impactos que as amenidades (vizinhança e adjacência) exercem sobre os preços fornecem maior compreensão da dinâmica e tendência do espaço no município de São Paulo. Em outros termos, é possível compreender o padrão dos produtos lançados no espaço em função das características do próprio espaço. A modelagem hedônica fornece subsídios para a tomada de decisão por parte do produtor, bem como é capaz de balizar decisões de políticas públicas em escala intraurbana, tanto no que se refere à oferta do produto por distrito quanto às diretrizes de projetos, oferta de recurso, serviços e seus impactos na valoração dos imóveis.

Referências

- AGUIAR, M. M.; SIMÕES, R.; GOLBER, A. B. *Building attributes and urban amenities: a real estate market analysis of the city of Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil*. WORLD CONFERENCE - SPATIAL ECONOMICS ASSOCIATION, 5, Salvador, Brazil, 2012.
- AGUIRRE, A.; FARIA, D. M. C. P. A utilização de preços hedônicos na avaliação social de projetos. *Revista Brasileira de Economia*, v. 51, n. 2, p. 391-411, 1997.
- ALONSO, W. *Location and land use*. Cambridge: Harvard University Press, 1964.
- ANSELIN, L. Exploratory spatial data analysis in a geocomputational environment. In: LONGLEY, P.; BROOKS, S.; MCDONNELL, R.; MACMILLAN, B. (Ed.). *Geocomputation*, a primer. p. 77-94. London: John Wiley, 1998.
- _____. The future of spatial analysis in the social sciences. *Geographic Information Sciences*, v. 5, n. 2, p. 67-76, 1999.
- BATALHONE, S. A.; NOGUEIRA, J. M.; MUELLER, B. P. M. *Economics of air pollution: hedonic price model and smell consequences of sewage treatment plants in urban areas*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.
- BAUMONT, C. *Spatial Effects in Housing Price Models: do house prices capitalize urban development policies in the agglomeration of Dijon (1999)?* Université de Bourgogne, 2004. Mimeo.
- _____. *Neighborhood effects, urban public policies and housing values: a spatial econometric perspective*. Université de Bourgogne, 2007. Disponível em: <<http://leg2.u-bourgogne.fr/documents-de-travail/e2007-09.pdf>>.
- _____; LEVROS, D. *Neighborhood effects in spatial housing values models: the case of the metropolitan area of Paris (1999)*. 26èmes Journées de Microéconomie Appliquée, Dijon, 2009.
- BIDERMAN, C. *Forças de atração e expulsão na Grande São Paulo*. Tese (Doutorado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2001.
- BOURASSA, S. C., E. CANTONI, and M. HOEGLI. Predicting House Prices with Spatial Dependence: A Comparison of Alternative Methods. *Journal of Real Estate Research*, v. 32, n. 2, p. 139-60, 2010.
- BROWN, K. H.; UYAR, B. A hierarchical linear model approach for assessing the effects of house and neighborhood characteristics on housing prices. *Journal of Real Estate Practice and Education*, v. 7, n. 1, p. 15-23, 2004.
- BRUECKNER, J.K.; THISSE, J.F.; ZENOU, Y. Why is Paris rich and downtown Detroit poor? an amenity-based theory. *European Economic Review*, v. 43, p. 91-107, 1999.

- CAN, A. The measurement of neighborhood dynamics in urban house prices. *Economics Geographic*, v. 66, p. 254-272, 1990.
- _____. Specification and estimation of hedonic housing price models. *Regional Science Urban Economics*, v. 22, p. 53-474, 1992.
- CUNHA, C. *Atributos espaciais e valorização imobiliária em Porto Alegre, RS*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- DANTAS, R.; MAGALHÃES, A., VERGOLINO, J. Um modelo espacial de demanda habitacional para a cidade do Recife. *Estudos Econômicos*, v. 40, n. 4, p. 891-916, 2010.
- DUBIN, R. Estimation of regression coefficients in the presence of spatially autocorrelated error terms. *Review Econometric Statistics*, v. 70, p. 466-474, 1988.
- _____. Spatial autocorrelation and neighborhood quality. *Regional Science and Urban Economics*, v. 22, p. 433-452, 1992.
- FÁVERO, L. P. L. Preços hedônicos no mercado imobiliário comercial de São Paulo: a abordagem da modelagem multinível com classificação cruzada. *Estudos Econômicos*, v. 41, n. 4, p. 777-809, 2010.
- _____.; BELFIORE, P. P. *Attributes, neighborhood and time effects on residential property prices in São Paulo, Brazil: a multilevel approach*. In: ANNUAL MEETING OF THE ACADEMY OF INTERNATIONAL BUSINESS, 50th, 2008, Milan. *Anais do Congresso*. Milan: 50th AIB, 2008. 1 CD-ROM.
- _____.; BELFIORE, P.; LIMA, G. *Modelos de precificação hedônica de imóveis residenciais na RMSP: uma abordagem sob as perspectivas da demanda e da oferta*. *Estudos Econômicos*: v. 38, n. 1, p. 73-96, 2008b.
- FURTADO, B. A. *Modeling social heterogeneity, neighborhoods and local influences on urban real estate prices: spatial dynamic analyses in the Belo Horizonte Metropolitan Area, Brazil*. Tese (Doutorado) – Knag/Faculteit Geowetenschappen Universiteit Utrecht, Utrecht, 2009.
- GALSTER, G. On the Nature of Neighbourhood. *Urban Studies*, v. 38, n. 12, p.2111-2124, 2001.
- GOLDSTEIN, H. *Multilevel Statistical Models*. London: Arnold. 1995.
- GOODMAN, A. C.; TIBODEAU, T.G. Housing market segmentation. *Journal of Housing Economics*, v. 7, p. 121-143, 1998.
- HENDLER, R. Lancaster's new approach to consumer demand and its limitation. *The American Economic Review*, v. 65, n. 1, p. 194-199, 1975
- HERMANN, B., HADDAD, E. A. Mercado imobiliário e amenidades urbanas: a view through the window. *Estudos Econômicos*, v. 35, n. 2, p. 237-269, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2000*. Disponível em: <<http://www.censo2000.ibge.gov.br>>.
- _____. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>.
- JONES, K.; BULLEN, N. Contextual models of urban house prices: a comparison of fixed and random-coefficient models developed by expansion. *Economy Geography*, v. 70, n. 3, p. 252-272, 1994.
- KIM, C. W; PHIPPS, T.T; ANSELIN, L. Measuring the benefits of air quality improvement: a spatial hedonic approach. *Journal of Environmental Economics and Management*, v. 45, p. 24-39, 2003.
- KNIGHT, J. R.; SIRMANS, C. F.; TURNBULL, G. List price signaling and buyer behavior in the housing market. *The Journal of Real Estate Finance and Economics*, v. 9, p. 177-192, 1994.
- LANCASTER, K. J. A new approach to consumer's theory. *Journal of Political Economy*, v. 74, p. 132-157, 1966.
- LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Centralidade e emprego na região nordeste do Brasil no período 1995/2007. *Nova Economia*, Belo Horizonte, n. 20, p. 39-83, 2010.
- MACEDO, P. Hedonic price models with spatial effects: an application to the housing market of Belo Horizonte, Brazil. *Discussion Papers*,101. Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFGM, 1996.
- _____.; SIMÕES, R. Amenidades urbanas e correlação espacial: uma análise intra-urbana para BH/MG. *Revista Brasileira de Economia*, v. 52, n. 4, p. 525-541, 1998.
- MACIEL, V.; BIDERMAN, C. Assessing the effects of the São Paulo's metropolitan beltway on residential land prices. *Journal of Transport Literature*. v. 7, n. 2, p. 373-402, 2013.
- MEGBOLUGBE, I. F.; HOEK-SMIT. Understanding neighbourhood dynamics: a review of the contributions of William G. Grigsby. *Urban Studies*, v. 33, n.10, p.1779-1795, 1996.
- MILLS, E. An aggregative model of resource allocation in a metropolitan area. *American Economic Review*, v. 57, p. 197-210, 1967.
- _____. *Studies in the structure of the urban economy*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1972.
- MORENOFF, J. Neighborhood mechanisms and the spatial dynamics of birth weight. *AJS*, v. 108, n. 5, p. 976-1017, 2003.
- MUTH, R. *Cities and housing*. Chicago: University of Chicago Press, 1969.
- NADALIN, V. *Quanto os moradores de São Paulo estão dispostos a pagar para viver longe das favelas?* In: Nadalin, V. *Três ensaios sobre economia urbana e mercado de habitação em São Paulo*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Economia; Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade; Universidade de São Paulo, 2010.
- NETO, E. F. *Estimação do preço hedônico: uma aplicação para o mercado imobiliário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Escola de Pós-Graduação de Economia, Fundação Getúlio Vargas, 2002
- OSLAND, L. An application of spatial econometrics in relation to hedonic house price

- modeling. *Journal of Real Estate Research*, v. 32, n.3, 2010.
- PAIXÃO, L. O impacto da violência no preço dos imóveis comerciais de Belo Horizonte: uma abordagem hedônica. *Economia Aplicada*, v. 13, n. 1, p. 125-152, 2009.
- RAUDENBUSH, S. W.; BRYK, A. S. *Hierarchical linear models: applications and data analysis methods*, sec. ed., Thousands Oaks, CA: Sage Publications, Inc., 2002.
- RONDON, V.; ANDRADE, M. Estimativa dos custos de criminalidade em Belo Horizonte. *Ensaios FEE*, v. 26, n. 2; p. 829-854, 2005.
- SARTORIS NETO, A. *Estimativa de modelos de preços hedônicos: um estudo para residências na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- SOUZA FILHO, E.; ARRAES, R. *Análise da demanda e modelos de preços hedônicos no mercado imobiliário urbano: o caso de Fortaleza*. Fortaleza: CAEN, Universidade Federal do Ceará, 2004.
- TEIXEIRA, E.; SERRA, M. *O impacto da criminalidade no valor de locação de imóveis: o caso de Curitiba*. *Economia e Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 175-207, 2007.
- 6 É importante notar que os outros gradientes não são levados em conta porque todos os centros de negócios são considerados na análise, isto é, densidade de estabelecimentos e número de emprego por distrito.
- 6 O efeito conjunto pode ser entendido como efeito vizinhança (EV) e efeito adjacência (EA) e calculado como: $EV + EA = e^{(\beta_2 + \beta_3)}$. A exponencial e decorre do fato de a variável dependente ter sido construída como \ln (preço).

1 Em Fávoro (2010), a preocupação não é o mercado imobiliário residencial e sim corporativo.

2 Modelos que desconsiderem a defasagem espacial são considerados como Ancova. Para modelos com defasagem, serão denominados de Ancova Espacial.

3 Assume-se o preço de venda de lançamento como sendo o preço que equilibra o mercado para modelar o complexo mercado imobiliário. Entretanto, é sabido que os preços se alteram ao longo do processo de venda dos imóveis.

4 É importante ressaltar que a variável área útil e área total são medidas em metro quadrado, enquanto dormitórios, banheiros, vagas de garagem, blocos e andares são medidos em unidades.

(*) Mestre em Economia. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia pelo IPE-USP, membro do Núcleo de Economia Regional e Urbana - NEREUS-USP – e bolsista Capes. (E-mail: rodger.campos@usp.br).

Produtividade, Carga Tributária e Setor Informal: Uma Abordagem da Década de 1990 no Brasil (Parte II)

JULIA PASSABOM ARAUJO (*)

1 Introdução

A Produtividade Total dos Fatores (PTF) explica grande parte das diferenças observadas na renda, crescimento, flutuação e desenvolvimento econômico dos países – Solow (1956), Hsieh e Klenow (2007) e Moro (2012), por exemplo. A PTF brasileira apresentou crescimento bastante robusto durante a década de 1970, seguida por sensível contração no decênio seguinte. Mesmo com diversas reformas de cunho fiscal, monetário e estrutural no período, a década de 1990 continuou indicando declínio. Este trabalho busca entender a baixa PTF nessa década, tendo em vista o aumento da carga tributária no período e incentivo para a informalidade que ela ocasiona.

O ponto de partida será um modelo de crescimento neoclássico padrão, como o proposto em Prescott (2004). Ele será modificado de forma a permitir a incidência de impostos sobre consumo, capital e trabalho. Além disso, dois tipos de empreendimentos irão coexistir: um formal e outro informal. Esse último é potencialmente menos produtivo e opera sob retornos de-

crecentes de escala em uma função de produção, na qual trabalho por conta própria é o único insumo. Como benefício da informalidade, pode-se evadir o pagamento de impostos, tendo em vista o aumento da carga tributária observada durante a década de 1990, o modelo consegue reproduzir de maneira adequada o comportamento das horas de trabalho dedicadas a cada setor no período.

O modelo é calibrado para a economia brasileira. Existem três canais sob os quais a inclusão do setor informal afeta a PTF agregada, dos quais dois são negativos: coexistência de empreendimentos menos produtivos e sua produção que não é corretamente mensurada pelas contas nacionais. Já o terceiro compreende a produtividade marginal do trabalho. No setor informal, onde menor parcela da população está alocada, essa é potencialmente maior. O último efeito parece ser dominante nos dados. Considerando o setor informal, a PTF brasileira pode ter crescido mais do que o observado na década de 1990.

A inclusão de um setor informal no arcabouço dos modelos de cresci-

mento neoclássico é especialmente relevante em países em desenvolvimento.¹ A informalidade pode ser entendida, em linhas gerais, como uma resposta à carga tributária e a outros custos associados à formalização de empreendimentos. Na década de 1990, as alíquotas de impostos no Brasil apresentaram crescimento significativo (ARAÚJO NETO; SOUZA, 2003) em especial após o Plano Real. Este trabalho busca relacionar a alta nos tributos com o aumento das horas de trabalho dedicadas ao setor informal.

A próxima seção apresenta o modelo proposto, seguido pela base de dados utilizada e calibragem dos parâmetros.

2 Modelo

O modelo proposto incorpora a coexistência de um setor informal ao modelo neoclássico de Prescott (2004). Há um único bem, homogêneo entre os setores e cujo preço será o numerário da economia. No setor formal, as firmas combinam capital e trabalho por meio de uma tecnologia caracterizada por retornos constantes de escala; enquanto, no setor informal, o

produto é gerado apenas com trabalho e sob retornos decrescentes nesse insumo.

O consumidor representativo possui uma unidade de tempo, alocada entre trabalho e lazer. A renda obtida em um determinado período será sempre consumida, ou seja, não há poupança ou acumulação de capital. Tributos incidem sobre o consumo, a renda do trabalho e a renda do capital. O setor informal não paga impostos. A receita obtida é transferida para os agentes em um montante fixo (*'lump-sum'*).

2.1 Tecnologia

Por simplicidade, vamos supor que existe uma firma formal na economia e que essa atua sob competição perfeita. A tecnologia possui retornos constantes de escala, onde $\alpha < 1$ representa a participação do capital na renda. A PTF em um determinado instante de tempo será dada por A_t , enquanto as quantidades de capital e trabalho demandadas serão K_t e N_{ft} , respectivamente. A produção no setor formal (Y_{ft}), será dada por:

$$Y_{ft} = A_t K_t^\alpha N_{ft}^{1-\alpha}$$

Sendo r_t e w_t os custos associados aos insumos de capital e trabalho, a empresa formal se depara com o seguinte problema de maximização de lucros:

$$\text{Max}_{K_t, N_{ft}} = A_t K_t^\alpha N_{ft}^{1-\alpha} - r_t K_t - w_t N_{ft}$$

O capital K_t é constante no tempo. Não há depreciação ou acumulação no modelo. As condições de primeira ordem do problema são dadas por:

$$w_t = (1 - \alpha) A_t K_t^\alpha N_{ft}^{-\alpha}$$

$$r_t = \alpha A_t K_t^{\alpha-1} N_{ft}^{1-\alpha}$$

No setor informal, o agente trabalha por conta própria e não paga impostos. A remuneração obtida neste setor é dada pelo montante produzido no mesmo. Seja B_t a PTF no setor informal no instante t , N_{it} as horas dedicadas a essa atividade e $\rho < 0$ o parâmetro que indica o retorno de escala dessa tecnologia, a produção informal (Y_{it}) será dada por:

$$Y_{it} = B_t N_{it}^\rho$$

É importante notar que estamos supondo que o setor formal é mais eficiente, portanto temos $A_t > B_t$ em todos os períodos de tempo. Além disso, a hipótese sobre os retornos de escala (constante no formal e decrescente no informal) é necessária para que não haja especialização completa na economia.

2.2 Consumidor

Há um contínuo de massa 1 de indivíduos. O consumidor representativo possui uma unidade de tempo, a qual pode ser alocada entre lazer e trabalho, tanto no setor formal quanto no informal. O consumidor é dono do capital físico da economia e o aluga para a empresa formal. A renda do trabalho e do capital, após o pagamento de impostos e recebimento de transferências do governo, é utilizada para consumo. As preferências do consumidor são do tipo Cobb-Douglas.

O consumidor maximiza sua utilidade intertemporal descontada por um fator β entre consumo (c_t) e lazer (h_t), sujeita à sua restrição orçamentária:

$$\text{Max}_{c_t, h_t} = \sum_{t=0}^{\infty} \beta^t c_t^\gamma h_t^{(1-\gamma)}$$

Sujeito a

$$(1 + \tau_{ct}) c_t = (1 - \tau_{nt}) w_t n_{ft} + B_t N_{it}^\rho + (1 - \tau_{kt}) r_t K_t + T_t$$

$$h_t = 1 - n_{ft} - N_{it}$$

O parâmetro γ indica a preferência do agente entre consumo e lazer. No modelo, n_{ft} representa o total de horas de trabalho ofertadas no setor formal. T_t é a transferência 'lump-sum' do governo. As alíquotas médias de impostos em cada instante de tempo t estão assim expressas: τ_{ct} (consumo), τ_{kt} (capital) e τ_{mt} (trabalho no setor formal). Como o indivíduo possui uma unidade de tempo, temos que $h_t + n_{ft} + N_{it} = 1$.

2.3 Equilíbrio

Em equilíbrio, a demanda por trabalhadores pela firma formal deve se igualar à oferta desses ($N_{ft} = n_{ft}$). Os setores formal e informal possuem o mesmo retorno marginal, bem como produto e consumo, nessa economia, devem ser iguais. Uma terceira equação de equilíbrio pode ser obtida por meio da condição de primeira ordem do problema do consumidor:

O equilíbrio será caracterizado, então, por:

$$\rho B_t N_{it}^{\rho-1} = (1 - \tau_{mt})(1 - \alpha) A_t K_t^\alpha N_{ft}^{1-\alpha} \quad (1)$$

$$c_t = A_t K_t^\alpha N_{ft}^{1-\alpha} + B_t N_{it}^\rho \quad (2)$$

$$\frac{\gamma}{1-\gamma} \frac{(1 - N_{it} - N_{ft})}{c_t} = \frac{1 + \tau_{ct}}{\rho B_t N_{it}^{\rho-1}} \quad (3)$$

A próxima seção descreverá sucintamente a base de dados considerada neste trabalho e apresentará os resultados das simulações. Dadas as três equações de equilíbrio, é possível resolver o modelo para as horas de trabalho dedicadas ao setor formal (N_{ft}) e informal (N_{it}), bem como para o produto gerado em cada setor, Y_{ft} e Y_{it} , respectivamente.

3 Simulações

3.1 Base de Dados e Calibração dos Parâmetros

A base de dados utilizada compreende os anos entre 1991 e 1999, em periodicidade anual. Neste trabalho,

o setor informal é entendido como aquele no qual se atua por conta própria e evadindo o pagamento de impostos. A participação dos conta própria na população passou de 19,7%, em janeiro/1991, para 23,7%, em dezembro/1999. A série foi calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

A divisão do número total de horas trabalhadas pelo número de indivíduos em idade ativa fornece o número de horas trabalhadas pelo indivíduo médio na economia. Ambos os dados estão disponíveis na PME do IBGE. Multiplicando tal resultado pela proporção de informais, definidos acima, temos uma estimativa para o número de horas dedicadas a esse setor. As horas no setor formal são extraídas por resíduo. As séries de imposto sobre consumo, trabalho e capital serão extraídas de Araújo Neto e Souza (2003).

O parâmetro α representa a fração do capital na renda do setor formal. Diversos estudos – inclusive Gomes, Lisboa e Pessôa (2002) e Gomes, Bugarin e Ellery Jr (2005) –, estimam a fração do capital na renda total da economia em cerca de 33%. Na presença de um setor informal, que utiliza apenas trabalho em sua função de produção, esse número precisa ser recalculado. Loayza (1997) e Schneider (2005) estimam que o setor informal responde por aproximadamente 40% do PIB brasileiro. Com isso, a participação do capital no setor formal será fixada em 55%, neste trabalho.

A produtividade total da economia Z_t será calculada supondo uma função de produção agregada do tipo $Y_t = Z_t K_t^\phi N_t^{1-\phi}$, onde $\phi = 33\%$. Fixa-se um crescimento médio anual de 2% na PTF dos dois setores na economia (A_t e B_t), de modo a manter constante sua diferença ao longo do tempo. Caso Z_t , calculada pelo modelo, apresente crescimento inferior a 2% ao ano, a presença do setor informal impacta negativamente a produtividade agregada da economia. Caso cresça acima de 2%, o impacto é positivo, via migração para um setor cuja produtividade marginal do trabalho é mais alta.

O cálculo do crescimento anual médio da PTF agregada é dado por:

$$\frac{1}{8} \left[\ln \frac{Y_{1999}}{Y_{1991}} - 0,33 \ln \frac{K_{1999}}{K_{1991}} - 0,67 \ln \frac{N_{1999}}{N_{1991}} \right]$$

Lembrando que o segundo termo desta expressão é igual a zero, já que não há acumulação de capital. Duas suposições extremas são consideradas a respeito da mensuração do produto agregado Y_t : (i) o produto informal é exatamente mensurado, ou seja, $Y_t = Y_{ft} + Y_{it}$; (ii) o produto informal é totalmente ignorado nas contas nacionais, ou seja, $Y_t = Y_{ft}$. Em ambos, as horas trabalhadas são identificadas como $N_t = N_{ft} + N_{it}$. Os dois cenários serão contemplados pelas simulações.

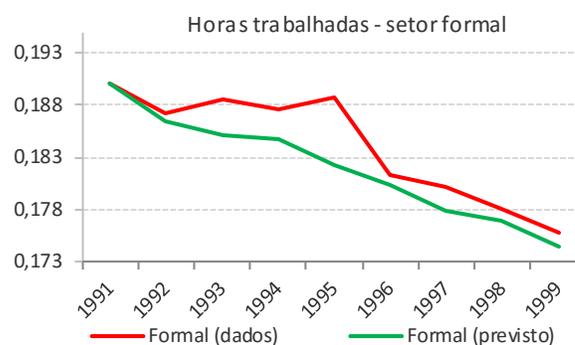
O parâmetro ρ será fixado em 50%. Os resultados do modelo e suas principais conclusões não se mostram muito sensíveis a variações nesse parâmetro. A produtividade do setor formal - A_t - será fixada em 1 no primeiro período. A produtividade do setor informal, no ano de 1991 (B_1), e o parâmetro de preferência entre consumo e lazer (γ) serão calibrados de modo a reproduzir o total de horas trabalhadas em 1991, com sua divisão entre o setor formal e informal. A calibração gera $[B_1; \gamma] = [0,762; 0,48]$.

3.2 Simulações

A inclusão do setor informal no modelo gera um efeito final não trivial sobre a PTF da economia. Três canais atuam paralelamente. Nos dois primeiros, o efeito é negativo, são eles: (i) migração de indivíduos de um setor mais produtivo (formal) para outro menos produtivo (informal) e (ii) mensuração imperfeita do produto informal. Já um terceiro canal diz respeito à produtividade marginal dos trabalhadores em cada setor. A princípio, uma parcela menor de indivíduos está alocada no setor informal. Desse modo, pode-se estar operando em um ponto da função de produção, no qual a produtividade marginal por trabalhador é maior no setor informal do que no formal. A migração

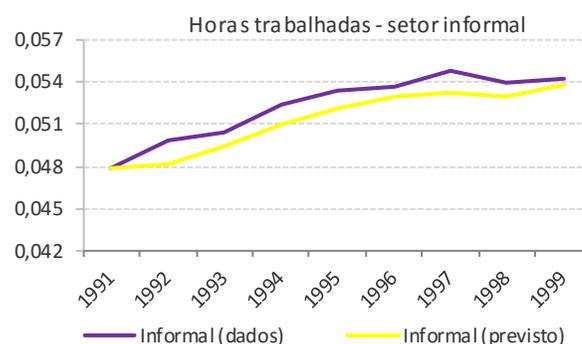
para a informalidade pode aumentar a produtividade da economia.

Figura 1 – Horas Trabalhadas no Setor Formal



O modelo consegue reproduzir adequadamente o padrão do total de horas trabalhadas no setor formal e informal, como pode ser visto na Figura 1 e 2. O modelo replica a queda observada nas horas dedicadas ao setor formal e a alta daquelas no informal. As alíquotas de impostos calibradas no modelo justificam a migração observada nos dados.

Figura 2 – Horas Trabalhadas no Setor Informal



O indivíduo representativo do modelo, ao experimentar um aumento da alíquota sobre a renda do trabalho, decide reduzir o número de horas de trabalho dedicadas ao setor formal e aumentar sua atuação por conta própria na informalidade. As horas totais trabalhadas na economia não mudam de maneira significativa, o que acontece é uma realocação do tempo entre os se-

tores. O aumento da alíquota sobre o consumo desincentiva a oferta de trabalho. Já a alíquota sobre o capital, como não supomos acumulação desse, não distorce nenhuma margem decisória.

O crescimento médio da Produtividade Total dos Fatores mensurado é de 2,23%, quando suposto que o produto informal é corretamente identificado, e de 1,94%, quando esse é desconsiderado na contabilidade do produto agregado. No primeiro caso, o crescimento da PTF sugerido pelo modelo é maior do que o estabelecido como padrão de comparação (2%). O efeito da produtividade marginal do trabalhador informal domina e impacta positivamente o crescimento da PTF mensurada. O canal se mostra bastante importante. Já, no segundo, o canal negativo predomina, ainda que o efeito seja menor. Esse segundo efeito era esperado, uma vez que se desconsidera completamente o setor informal no cômputo do PIB.

É importante ressaltar que o caso intermediário de mensuração incompleta do produto informal é o que mais se aproxima da realidade. As contas nacionais não ignoram nem computam exaustivamente o PIB fora da esfera regulatória do Estado. O modelo indica, então, que o desempenho da PTF brasileira poderia ter sido melhor do que o indicado pelos dados, caso fosse possível identificar de maneira mais acurada possível a partici-

pação do setor informal na economia. O declínio observado na PTF, durante os anos de 1990, deve ter sido menor, uma vez que a informalidade aumentou no período, e seu efeito, quando corretamente identificado, pode ser positivo sobre a produtividade agregada.

3 Considerações Finais

Celso Furtado termina seu trabalho *Formação econômica do Brasil* (1959) com a seguinte frase: “O Brasil por essa época ainda figurará como uma das grandes áreas da terra em que maior é a disparidade entre o grau de desenvolvimento e a constelação de recursos potenciais”. O autor se refere à primeira metade do século 20, mas o panorama tampouco se alterou até os anos de 1990, período analisado por este artigo.

Uma extensa literatura evidencia a importância da Produtividade Total dos Fatores (PTF) para explicar diferenças na produtividade, e, portanto, na renda, crescimento, flutuações e desenvolvimento econômico dos países. A dotação de recursos naturais ou diferenças na razão entre capital e trabalho ou nas taxas de poupança entre os países não são suficientes para explicar o movimento.

A PTF brasileira apresentou crescimento bastante robusto durante a década de 1970, seguida por sensível contração no decênio seguinte.

Mesmo com diversas reformas de cunho fiscal, monetário e estrutural no período, a década de 1990 continuou indicando declínio na PTF. Este trabalho se dedica, então, em entender a baixa PTF dos anos de 1990, tendo em vista o aumento da carga tributária no período e incentivo para a informalidade que essa ocasiona.

O modelo de crescimento neoclássico de Prescott (2004) foi estendido para incluir impostos e a coexistência de um setor informal. Neste, os indivíduos produzem utilizando somente trabalho e atuam por conta própria, não estando sujeitos ao pagamento de tributos. O modelo é calibrado para a economia brasileira entre os anos de 1991 e 1999. A estrutura proposta consegue reproduzir de maneira satisfatória a divisão de horas de trabalho dedicadas ao setor formal e informal, bem como o aumento dessas últimas ao longo da década. O aumento dos impostos no período foi capaz de gerar os movimentos indicados pelos dados dentro do contexto do modelo calibrado.

O modelo indica que o crescimento médio da PTF mensurada é de 2,23% no período, quando suposto que o produto informal está corretamente identificado nas contas nacionais, acima dos 2% estabelecidos como base de comparação. O efeito da produtividade marginal do trabalhador informal domina e impacta positivamente o crescimento da PTF captada no modelo.

O aumento dos tributos sobre trabalho incentiva a migração para o setor informal, no qual, por contar com menor parcela dos ocupados, a produtividade marginal do trabalho é maior. O resultado sugere, então, que, dada a mensuração parcial do PIB no setor informal, a PTF brasileira na década de 1990 pode ter apresentado um comportamento um pouco melhor do que o sugerido pelos dados.

Referências

- ARAÚJO NETO, Valter Borges de; SOUSA, Maria da Conceição Sampaio de. Tributação da renda e do consumo no Brasil: uma abordagem macroeconômica. *Estudos Econômicos*, v. 33, n. 1, p. 5-42, 2003.
- FURTADO, Celso; IGLÉSIAS, Francisco. *Formação econômica do Brasil*. 1959.
- GOMES, Victor; BUGARIN, Mirta NS; ELLERY-JR, Roberto. Long-run implications of the Brazilian capital stock and income estimates. *Brazilian Review of Econometrics*, v. 25, n. 1, p. 67-88, 2005.
- GOMES, Victor; LISBOA, Marcos B.; PESSOA, Samuel A. *Estudo da evolução da produtividade total dos fatores na economia brasileira: 1950-2000*. 2002. Mimeo.
- HSIEH, Chang-Tai; KLENOW, Peter J. *Misallocation and manufacturing TFP in China and India*. National Bureau of Economic Research, 2007.
- LOAYZA, Norman. The economics of the informal sector: a simple model and some empirical evidence from Latin America. *World Bank Policy Research Working Paper*, n. 1727, 1997.
- MORO, Alessio. The structural transformation between manufacturing and services and the decline in the US GDP volatility. *Review of Economic Dynamics*, v. 15, n. 3, p. 402-415, 2012.
- PRESCOTT, Edward C. *Why do Americans work so much more than Europeans?* National Bureau of Economic Research, 2004.
- SCHNEIDER, Friedrich. Shadow economies around the world: what do we really know? *European Journal of Political Economy*, v. 21, n. 3, p. 598-642, 2005.
- SOLOW, Robert M. A contribution to the theory of economic growth. *The Quarterly Journal of Economics*, p. 65-94, 1956.
-
- 1 Schneider (2005) estima que entre 1999 e 2000 a informalidade respondia por 41% do PIB desses países, contra 18% para membros da OCDE. No Brasil, o montante estimado foi de 39,8% do produto interno no período.

(*) Doutoranda em Economia pela FEA-USP, com graduação e Mestrado na mesma instituição. (E-mail: julia.araujo@usp.br).

Relatório de Indicadores Financeiros¹

NÚCLEO DE ECONOMIA FINANCEIRA DA USP – nefin-FEA-USP (*)

Em 02 de janeiro de 2012 foram (teoricamente) investidos R\$ 100 em quatro *carteiras long-short* tradicionais da literatura de Economia Financeira. O Gráfico 1 apresenta a evolução dos valores das carteiras. (1) Carteira de Mercado: comprada em ações e vendida na taxa de juros livre de risco; (2) Carteira Tamanho: comprada em ações de empresas pequenas e vendida em ações em empresas grandes; (3) Carteira Valor:

comprada em ações de empresas com alta razão “valor contábil-valor de mercado” e vendida em ações de empresas com baixa razão; (4) Carteira Momento: comprada em ações de empresas vencedoras e vendida em ações de empresas perdedoras. Para detalhes, visite o site do NEFIN, seção “Fatores de Risco”: <http://nefin.com.br/risk_factors.html>.

Gráfico 1 – Estratégias de Investimentos (Long-Short) (02/01/2012 – 13/05/2016)

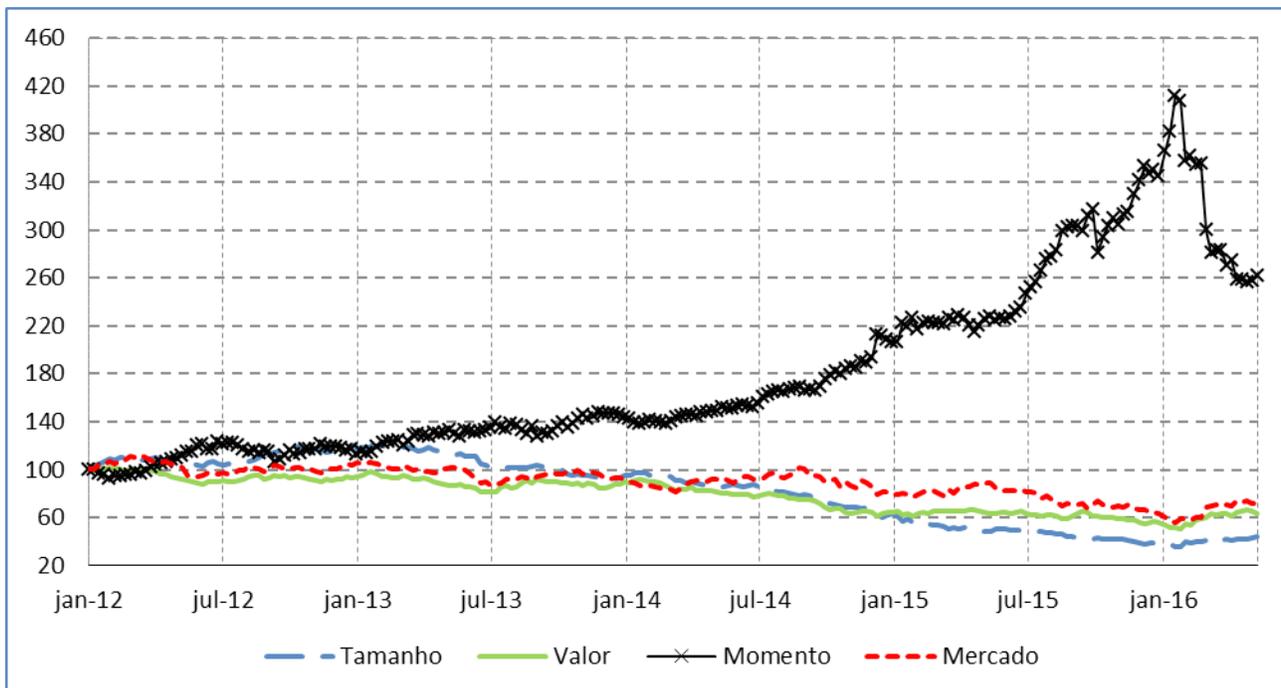


Tabela 1

	Tamanho	Valor	Momento	Mercado
Semana	2,08%	-2,55%	1,73%	-0,08%
Mês atual	3,49%	-3,35%	2,14%	-3,76%
Ano atual	9,17%	13,96%	-23,92%	12,68%
2010-2015	-57,41%	-43,76%	343,22%	-42,62%

O Gráfico 2 apresenta a evolução histórica do *dividend yield* do mercado acionário brasileiro: razão entre o total pago de dividendos nos últimos 12 meses pelas empresas e o valor total das empresas hoje. Essa é tradicionalmente uma variável estacionária (reverte à média) e é positivamente correlacionada com o retorno futuro esperado dos investidores. Ou seja, é alta em momentos ruins (de alto risco ou alta aver-

são ao risco), quando os investidores exigem retorno esperado alto para investir no mercado, e baixa em momentos bons. A Tabela 2 apresenta o inverso do *dividend yield*, conhecido como Razão Preço-Dividendo, de algumas empresas. Ordena-se os papéis da última semana de acordo com essa medida e reporta-se os papéis com as dez maiores e dez menores Razões Preço-Dividendo.

Gráfico 2 – Dividend Yield da Bolsa (01/01/2009 - 13/05/2016)

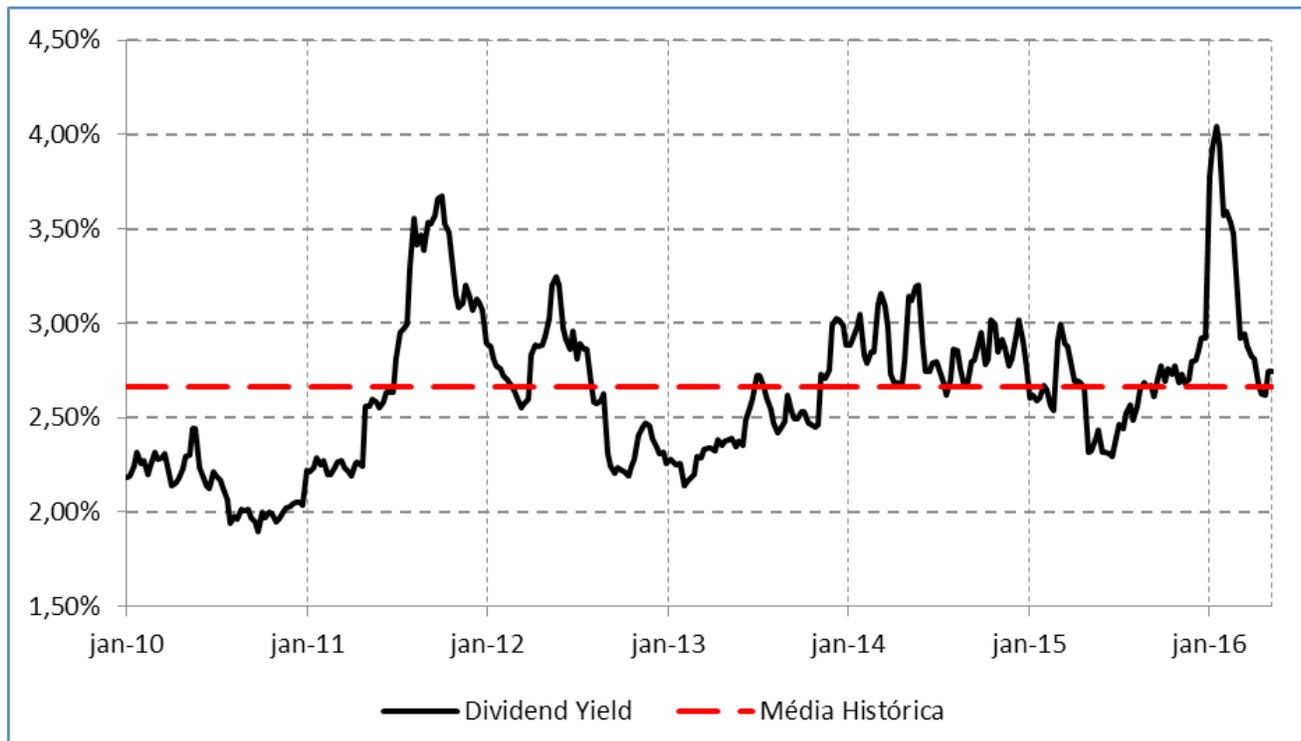


Tabela 2

	10 Maiores		10 Menores	
	Papel	Preço-Dividendo	Papel	Preço-Dividendo
1.	HYPE3	789,93	CESP6	2,88
2.	FLRY3	399,44	HBOR3	3,77
3.	CSMG3	361,68	BRPR3	4,55
4.	LAME4	211,98	FIBR3	6,83
5.	LIGT3	189,08	BRSR6	10,11
6.	SMLE3	170,88	QUAL3	10,24
7.	RADL3	150,40	LEVE3	11,26
8.	PCAR4	148,31	HGTX3	12,42
9.	GOAU4	146,94	DIRR3	13,60
10.	SBSP3	122,54	CYRE3	15,43

O Gráfico 3 apresenta a evolução histórica do *short interest* do mercado acionário brasileiro e a taxa média de aluguel de ações. O *short interest* de uma empresa é dado pela razão entre a quantidade de ações em aluguel e a quantidade de ações *outstanding* da empresa. Mede assim o estoque de vendas a descoberto realizado com as ações da empresa, tendendo a ser maior em momentos de expectativa de queda no valor

da empresa. O *short interest* do mercado, apresentado no gráfico, é a média (ponderada por valor) dos *short interest* individuais. A Tabela 3 reporta os 5 maiores *short interest* individuais e taxas de aluguel da semana passada, tanto em nível como primeira diferença (no caso deste último, são excluídos os papéis que tiveram variação negativa).

Gráfico 3 – Mercado de Aluguel de Ações (01/01/2013 – 13/05/2016)

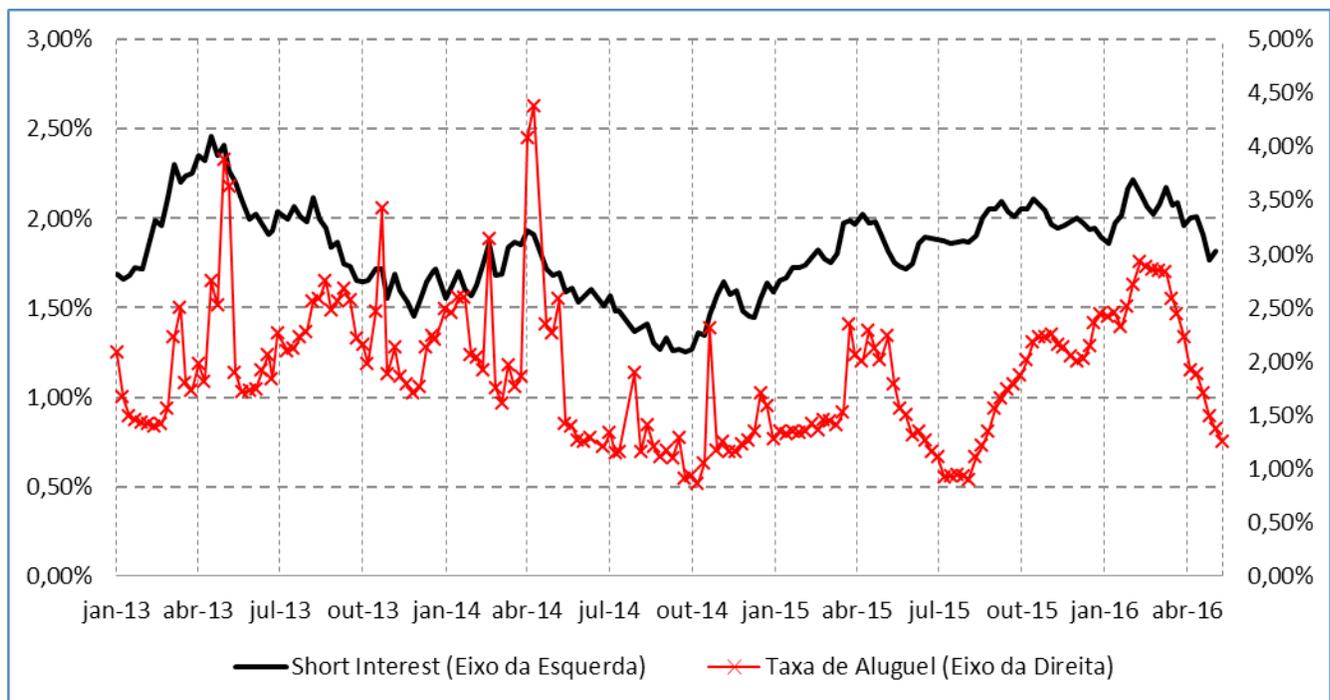


Tabela 3

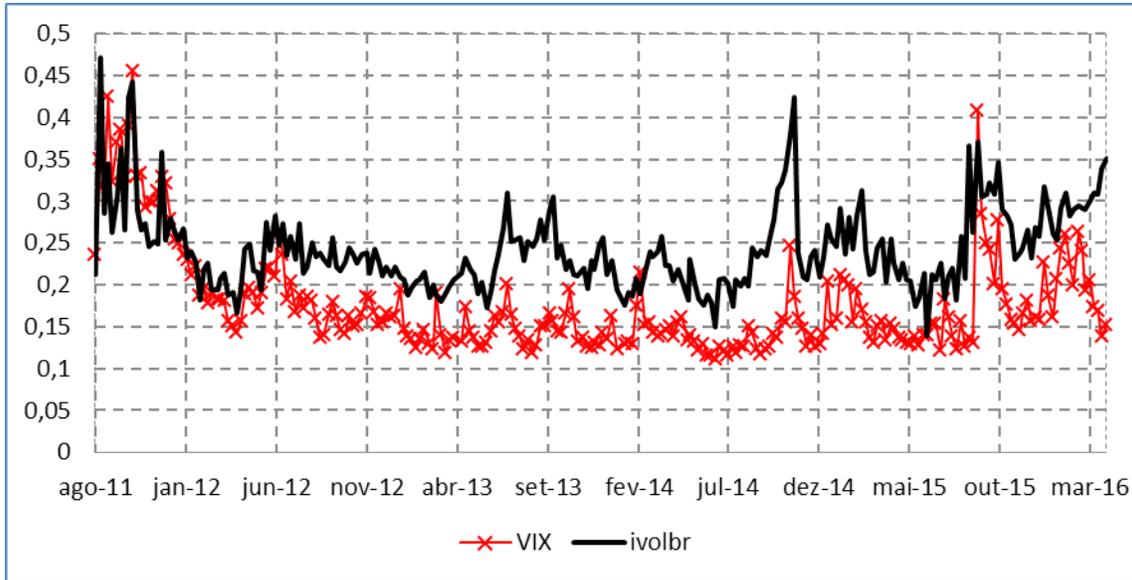
5 Maiores da Semana				
Short Interest			Taxa de Aluguel	
1.	CLSC4	51,02%	MGLU3	73,78%
2.	OSXB3	21,91%	AMAR3	65,49%
3.	VALE5	8,84%	LLIS3	34,08%
4.	POMO4	7,97%	GOLL4	24,97%
5.	MRVE3	7,80%	RSID3	20,87%
Variação no Short Interest			Variação na Taxa de Aluguel	
1.	OSXB3	21,78%	LLIS3	10,09%
2.	SLCE3	2,27%	ESTC3	8,85%
3.	POMO4	0,88%	VIGR3	7,58%
4.	ESTC3	0,80%	PRI03	3,94%
5.	ELET6	0,76%	VIVR3	3,30%

O IVol-BR é um índice de volatilidade futura esperada para o mercado acionário brasileiro. É derivado do comportamento dos preços de opções sobre o IBOVES-PA. Já o VIX® é o índice de volatilidade futura esperada para o mercado americano calculado pela CBOE®.²

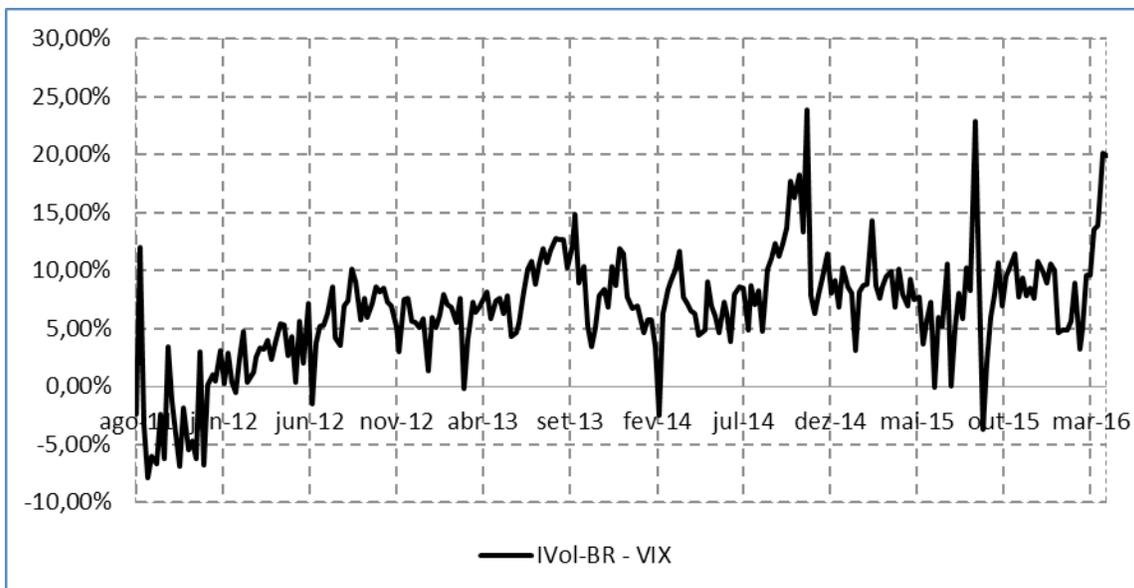
O Gráfico 4A apresenta ambas as séries. O Gráfico 4B apresenta a diferença entre os índices, capturando assim a evolução da incerteza especificamente local. Para detalhes, visite o site do NEFIN, seção “IVol-Br”: <http://nefin.com.br/volatility_index.html>.

Gráfico 4 – Volatilidade Forward-Looking (01/08/2011 - 31/03/2016)

A



B



1 O NEFIN não se responsabiliza por qualquer dano ou perda ocasionados pela utilização das informações aqui contidas. Se desejar reproduzir total ou parcialmente o conteúdo deste relatório, está autorizado desde que cite este documento como fonte.

O Nefin agradece à FIPE pelo apoio financeiro e material na elaboração deste relatório.

2 VIX® e CBOE® são marcas registradas da Chicago Board Options Exchange.

(*) <<http://nefin.com.br/>>.

economia & história



De Luzes, Sombras e Trevas: o Marquês de Pombal, o Iluminismo Português e a Escravidão no Brasil

LUCIANA SUAREZ LOPES (*)
JOSÉ FLÁVIO MOTTA (**)

O ministro [Sebastião José de Carvalho e Melo] tentou seguir uma política impossível; ele quis civilizar uma nação e, ao mesmo tempo, escravizá-la; quis espalhar a luz das ciências filosóficas e, ao mesmo tempo, elevar o poder real até o despotismo; promoveu enormemente o estudo do Direito Natural, do Direito das Nações e do Direito Internacional Universal, fundando cadeiras para essas matérias na universidade. Mas não compreendeu que desse modo estava instruindo o povo e levando-o a compreender que o poder soberano era instituído unicamente para o bem comum da nação e não para o benefício do governante, e que tinha limites e fronteiras que não podia ultrapassar.

cônego Antônio Ribeiro dos Santos (1745-1818)

Apud BOXER (2002, p. 204)

Buscamos no 13 de maio a inspiração para redigir esta crônica. Não no mais famoso deles, porém. Em vez da sempre lembrada data em que foi sancionada a Lei nº 3.353, chamada Lei Áurea, em 1888, declarando extinta a escravidão no Brasil, nossa atenção volta-se para dois outros dias 13 de maio, de

quando ainda éramos colônia de Portugal. No primeiro deles, ao término do século XVII, em 1699, nasceu Sebastião José de Carvalho e Melo.¹ No segundo, quase oito décadas mais tarde, em 1777, houve a ascensão ao trono português de D. Maria I.² A coroação de D. Maria como rainha colocava um ponto

final aos 27 anos (1750-1777) do reinado de D. José I, intervalo conhecido como da “governança pombalina”. Era o início da *Viradeira*, período no qual foram revertidas várias diretrizes adotadas por D. José e revistos vários aspectos da administração pombalina.

Dos personagens protagonistas de nossa história colonial, decerto um dos mais controversos e discutidos foi e é o Marquês de Pombal. Amado por uns, temido e odiado por outros, sobre ele não há consenso na historiografia: “*Seus sucessores imediatos julgaram-no cruelmente, mas na virada do século [XVIII para XIX] muitos de seus partidários voltaram a ocupar posições de destaque.*” (MAXWELL, 1997, p. 168) Em obras publicadas no Oitocentos, são comuns os relatos elogiosos a seu respeito, tais como o de John SMITH (1843, p. 37-38):

Never in the history of any country, at any period of its threatened dissolution, does there appear to have been found fewer principles of regeneration than in the kingdom of Portugal at the death of John [D. João V, pai de D. José, cujo reinado durou de 1689 a 1750-LSL/JFM]. And yet at that very moment, when every prospect of returning prosperity was obscured, and Fortune herself seemed do abandon the unhappy land to a premature and precipitate destruction, one powerful genius arose, and from the mighty depth of his transcendent mind, like the Athenian goddess springing from the brains of Olympian Jupiter, a new order of things commenced. (...) And this man was Sebastian Joseph de Carvalho e Mello, afterwards Count d’Oeyras, and Marquis of Pombal. (SMITH, 1843, p. 37-38)

Apontado como o ministro mais influente do rei D. José I, Pombal foi responsável por uma grande reorganização do arcabouço administrativo português, enfrentando, para isso, a oposição de muitos, sendo seus opositores duramente perseguidos por ele. Em teoria, teriam sido esses opositores os responsáveis pela imagem de administrador cruel atribuída ao marquês: “History scarcely furnishes the parallel of another genius, whose fame has been so foully tarnished by the prejudice and malignity of his enemies.” (SMITH, 1843, p. A4)³

A consolidação do poder de Sebastião de Carvalho e Melo no reinado de D. José deu-se no decurso da década de 1750, em especial em sua segunda metade.⁴ Ao compor seu gabinete, na abertura de seu reinado, o novo rei nomeou o futuro marquês para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A trajetória de Sebastião José, a partir daí, será marcada, por um lado, pela catástrofe ocorrida em 1º de novembro de 1755, o terremoto de Lisboa, que deu ao subordinado a oportunidade de firmar-se perante seu monarca. Por outro lado, com o protagonismo então assumido, tratará o secretário de afastar os inimigos de seu caminho, fossem eles os jesuítas, fossem eles segmentos poderosos da nobreza, neste último caso, em especial, valendo-se do atentado cometido contra a vida do monarca, na noite de 3 de setembro de 1758. Interesses também pode-

ros fornecerão o lastro para a ascensão de Carvalho e Melo, com destaque para os detentores dos monopólios no comércio colonial e os produtores do vinho da região do Alto Douro.

Assim, ao assumir a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Pombal dá início a uma extensa reforma política, cujo ponto central seria a defesa do interesse nacional, concentrando-se em fortalecer o aparelho do Estado, por meio do combate ao contrabando; da política das companhias de comércio e da reorganização da cobrança do quinto na região das Minas Gerais.⁵ Uma das companhias criadas, por exemplo, a da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro, tem garantida, em seus estatutos, a reserva do mercado de exportação.⁶ Costuravam-se, pois, os apoios que darão sustentação à trajetória de Pombal:

Assim, numa primeira fase da governação pombalina, realiza-se a defesa de dois importantes setores da sociedade comercial portuguesa, o grande comércio colonial e a zona vinícola do Douro. Ao mesmo tempo, reforça-se o Estado absoluto, em dificuldades com a libertação do fim do reinado de D. João V. (MACEDO, 1954, p. 91-92)

Ao passo que defendia os interesses que o apoiavam, e se via bem sucedido em sua política de fortalecimento do Estado, os mencionados

terremoto e atentado acabariam tornando Sebastião José o grande beneficiário desse fortalecimento, ao guindá-lo à posição de todo poderoso ministro, eminência parda do reinado de D. José. No tocante ao desastre natural, escreveu Ignácio José de Macedo (1834, p. 36): “Na administração de Pombal parecia que o reino renascia de novo, e até um terremoto concorreu para dar a Lisboa uma nova face.” E foi justamente a reação rápida e eficiente de Pombal, por conta das necessidades urgentes que se colocavam em consequência da destruição quase completa de Lisboa, que fez aumentar sua influência diante do rei e seu poder enquanto ministro:⁷

Foi o terremoto que deu a Pombal o impulso para o poder virtualmente absoluto que ele conservaria por mais vinte e dois anos, até a morte do rei, em 1777. Ele agiu de modo rápido, eficaz e impiedoso para estabilizar a situação. Os saqueadores foram enforcados sem a menor cerimônia; os corpos das vítimas (...) foram reunidos rapidamente e, com a permissão do patriarca de Lisboa levados para o mar, amarrados a pesos e jogados no oceano. Os alugueiros, os preços dos alimentos e o custo do material de construção foram fixados nos níveis anteriores ao terremoto. Nenhuma construção temporária foi permitida enquanto a terra não ficasse desobstruída e enquanto não se definissem plantas para as novas construções. (MAXWELL, 1997, p. 26)

Em teoria, o órgão então chefiado por Pombal, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, possuía atribuições e responsabilidades muito mais ligadas à condução dos negócios e da política externa do império português do que ao tratamento e cuidado de questões internas do reino.⁸ Todavia, eram subordinadas a essa mesma secretaria as

(...) dependências da guerra, dos exércitos, que respeitassem ao corpo militar das tropas portuguesas, administração da contadoria geral da guerra, vedorias, hospitais, fortificações, assentos e armazéns das munições de guerra, provimentos de todos os postos militares das mesmas tropas e ofícios das sobreditas repartições, ordenanças militares, regimentos e ordens que se expedissem respectivas às matérias referidas. (KOROBTCHEENKO, 2011, p. 33-34)

Tais atribuições, ao que tudo indica, deram legitimidade a Pombal naquele momento, possibilitando uma reação rápida por parte do ministro. Em 31 de agosto de 1756, Pombal deixou a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e passou a ocupar a Secretaria de Estado do Reino, com esfera de atuação, ao que parece, muito mais abrangente.⁹ Em 1758, por meio de um alvará expedido em 12 de maio, era oficialmente decretada a reconstrução da cidade de Lisboa (cf. ALVARÁ, 1758).

Passado o terremoto, já no ano em que se iniciava a reconstrução da capital em ruínas, ocorre o segundo evento mencionado, condicionante também importante para se compreender o fortalecimento pombalino nessa primeira década de governo. Em 1758, os Távoras foram acusados de conspirar contra a vida do rei. O atentado teria ocorrido quando o monarca foi visitar uma de suas amantes, pertencente à família Távora. Terminado o encontro amoroso, ao voltar para o palácio, a carruagem do rei foi atacada por homens encapuzados que abriram fogo contra o carro, sendo o rei atingido nos ombros, costas e braço direito.

Responsável por investigar o ocorrido, Pombal teria se aproveitado do fato para dar início a uma grande perseguição aos opositores de D. José e de seu próprio governo. Os interrogatórios foram violentos, sendo de extrema importância uma suposta confissão extraída, sob tortura, do Duque de Aveiro. Além dos nobres, foram acusados alguns jesuítas. A partir daí, o processo correu de forma célere, sendo as sentenças proferidas dois dias após a entrega dos autos de defesa dos réus. As penas foram duras, oscilando entre o desmembramento ainda em vida dos principais conspiradores, identificados como sendo o Duque de Aveiro e o Marquês de Távora; a decapitação de D. Leonor Távora; o enforcamento e posterior desmembramento de seis outros conspiradores; além da exe-

cução na fogueira de outros dois envolvidos.¹⁰ Pelo envolvimento dos jesuítas, toda a Companhia de Jesus foi punida e, como resultado,

Durante o ano de 1758, o poder temporal dos jesuítas foi suprimido em todo o Brasil (...) a 3 de setembro de 1759 o governo português decretou a proscricção e a expulsão da Companhia de Jesus de todo o império (...) Em 1760 o navio da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, *Nossa Senhora de Arrábida*, conduziu ao exílio o último jesuíta do Maranhão. (MAXWELL, 1997, p. 92)¹¹

Consolidado e fortalecido no poder, secretário dos assuntos do reino, Pombal dá continuidade a suas reformas. E sua atuação à frente do Estado português, inspirado pelo ideal iluminista, sem de fato se pautar por ele, nos mostra a importância do contexto histórico em momentos de transição. Nesse momento em especial, Portugal se dividia entre a antiga tradição colonial e a modernidade imposta pela Revolução Industrial inglesa.

Na época de Pombal, Portugal era visto na Europa como país sob extrema influência da igreja católica, “estereótipo de superstição e atraso”, no qual havia um “verdadeiro exército no clero”, composto por nada menos que duzentos mil membros. Por volta de 1780, o número de mosteiros e conventos era estimado em 538; execuções públi-

cas e inquisitoriais ocorreram até 1761 (cf. MAXWELL, 1997, p. 17). Voltaire, ao escrever sobre o rei D. João V, forneceu-nos uma nítida ilustração desse entendimento: “Quando queria uma festa, ordenava um desfile religioso. Quando queria uma construção nova, erigia um convento. Quando queria uma amante, arrumava uma freira.” (apud MAXWELL, 1997, p. 17)

Mas o Portugal setecentista não se via como retrógrado, supersticioso ou atrasado. Ao contrário, a nação portuguesa percebia a si própria como tocada pelas luzes, renovada, e até certo ponto moderna, sendo tais características resultado em especial do governo capitaneado por Sebastião José de Carvalho e Melo.¹² Essa aparente contradição dissipa-se, em boa medida, quando se consideram as peculiaridades do iluminismo português.

Para avançarmos nessa direção, objetivo por excelência de nossa crônica, servimo-nos do volume paradigmático de Jorge Grespan (2003, p. 19), do qual extraímos uma descrição acerca das origens do iluminismo:

(...) o Iluminismo nasce de um contexto revolucionário, que é o que lhe conferiu o aspecto crítico pelo qual se definiu e constituiu. (...) [N]o âmbito das Revoluções na Inglaterra do século XVII – a Puritana de 1640 e a Gloriosa de 1688– é elaborado e consagrado

um pensamento crítico, marcando decisivamente o século seguinte em toda a Europa.”

O que lá se produziu foi uma primeira refutação e recusa do Absolutismo monárquico como forma de governo, associada desde então à tirania e usurpação dos direitos tradicionais do povo. A doutrina clássica do “direito natural” foi fundamental nessa definição dos direitos e de sua usurpação: concebiam-se tais direitos como próprios do ser humano por sua natureza, e não como algo concedido pelas leis de um governo ou mesmo de uma determinada sociedade. Por isso, em nenhuma situação de ordem política ou social seria legítimo que eles fossem confiscados ou enfraquecidos. Quem o fizesse seria por definição um tirano, e ao povo seria lícito depô-lo.

Ora, como conciliar o ideário iluminista assim surgido com o contexto dado pela governação pombalina em Portugal? Kenneth Maxwell (1997, p. 171-172), uma vez mais, auxilia-nos na resposta a essa questão:

A tradição histórica anglo-americana ainda tende a presumir que o Iluminismo seja sinônimo de liberdade, em especial as liberdades postas no relicário da Constituição dos Estados Unidos e da Declaração dos Direitos Humanos, direitos que têm como objetivo fundamen-

tal proteger o indivíduo contra o Estado. Na França, o iluminismo ainda é visto como um antecessor, ou, na melhor das hipóteses, como um agente condicionador da Revolução de 1789. (...) Mas essa visão nem sempre se sustenta quando examinamos a periferia europeia. Aqui (...) o Iluminismo casou-se mais vezes com o absolutismo do que com o constitucionalismo. Aqui, o século XVIII está menos caracterizado pelo indivíduo, que busca a proteção do Estado, do que pelo Estado, que busca a proteção dos indivíduos muito poderosos.

Dessa forma, enquanto em outros lugares da Europa o pensamento iluminista ganhava cada vez mais adeptos, e pouco a pouco ia contribuindo para a superação do Antigo Regime, em Portugal, a disseminação das ideias ilustradas acontecia de uma maneira peculiar. Ainda nas palavras do mesmo autor:

(...) Iluminismo, racionalidade e progresso têm um significado muito diferente, neste contexto, daquele ao qual nós nos acostumamos. Fundamentalmente, estamos falando do engrandecimento do poder do Estado e não da extensão das liberdades individuais. As ações de Pombal eram necessárias, declaravam seus defensores, para se alcançar o progresso. Mas o problema da ideia de progresso, em especial para aqueles que se julgou não terem progredido, era

que implicava o estigma do atraso, proporcionando assim uma justificativa para ações que a tradição, a lei e a ética haviam condenado. (MAXWELL, 1997, p. 171-172)

Dito de outra maneira, sobre o pano de fundo da sociedade portuguesa, a penetração do ideário ilustrado não poderia manter as características que teve em suas origens. Esse ideário viu-se inevitavelmente filtrado na vigência da ditadura pombalina e, por conseguinte, assumiu traços distintos. Talvez não seja o caso de rotularmos o iluminismo em Portugal como uma reprodução disforme comparado ao seu correlato surgido na esteira das revoluções inglesas seiscentistas. Em vez disso, mais acertado seria apenas entendê-lo como o iluminismo **português**, envolvido por condicionantes que, em certa medida, apontavam para a própria negação daquele ideário. Vale dizer, concordando com Lúcia Maria B. P. das Neves,

As Luzes em Portugal acabaram esmaecidas e mitigadas. A um lado esclarecido, que buscava os conhecimentos úteis revelados pelo século, destinados a impor uma política orientada segundo os interesses do Estado, opunha-se um lado sombrio, que mantinha uma visão estamental da ordem social, valorizando a religião como a forma mais elevada de conhecimento e atribuindo aos próprios sacerdotes a função de transmitir as novas ideias.

[...]

Sem dúvida, encontra-se uma inspiração esclarecida na obra do Marquês, pois o pombalismo traduziu-se na introdução de procedimentos típicos da monarquia absoluta e na racionalização das engrenagens da administração. [...] Na realidade, Pombal adotou uma política muito mais regalista do que propriamente esclarecida, mas possibilitou assim que as Luzes se difundissem em Portugal, ainda que de um modo bastante atenuado. (NEVES, 2003, p. 27-28)

Por fim, e no limite, se as luzes em Portugal — na periferia da Europa, como escreveu Maxwell — foram em parte comprometidas pelas sombras, o que não esperar de sua manifestação num contexto como o brasileiro, colônia daquele reinado periférico europeu? Pois aqui, mais do que sombras, havia trevas! Se, na metrópole lusitana, a “extensão das liberdades individuais” traduziu-se no “engrandecimento do poder do Estado”, como seriam traduzidas aquelas liberdades na colônia, cuja economia e sociedade construíram-se sobre o estigma da escravidão? No Brasil, teria necessariamente de ser a escravidão elemento determinante a mediar a penetração das ideias iluministas. Nada mais adequado, portanto, do que encerrarmos nossa crônica com as afirmações seguintes, de Emília Viotti da Costa (1981, p. 90-92):

Se havia barreiras de ordem material à difusão das ideias ilustradas — o analfabetismo do povo, as deficiências de meios de comunicação — o maior entrave advinha de sua própria essência, incompatível, sob muitos aspectos, com a realidade brasileira.

[...]

(...) enquanto na Europa elas [as ideias ilustradas] serviam a uma burguesia vigorosa, ligada ao desenvolvimento das manufaturas e das indústrias, em luta contra uma aristocracia em crise, no Brasil elas iriam ser defendidas pela “aristocracia rural” e por uma débil e pouco expressiva “burguesia” que dependia quase totalmente do Estado ou das categorias rurais.

[...]

Seu poder assentava sobre o trabalho escravo.

Fontes e Referências

- ALVARÁ, 1758. Alvará de 12 de maio de 1758 pelo qual é sua Majestade servido estabelecer os direitos públicos, e particulares da reedificação da Cidade. In: *Systema ou Collecção dos Regimentos Reaes*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1785. Tomo IV. Disponível em: <http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_artes=114&acao=ver&pagina=1>. Acesso em: 12 maio 2016.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. A reconstrução da cidade de Lisboa e os tratados de Arquitetura. *Revista Integração*, ano XVI, n. 60, p. 15-33, 2010. Disponível em: <ftp://ftp.usjt.br/pub/revint/15_60.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.
- BESSA-LUÍS, Augustina. *Sebastião José*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CAIXETA, Francisco Carlos Távora de Albuquerque. Uma análise jurídica sobre o “processo dos Távora”. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, n. 888, 8 dez. 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/7669>>. Acesso em: 11 maio 2016.
- COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1981. p. 75-139.
- GRESPLAN, Jorge. *Revolução Francesa e Iluminismo*. São Paulo: Contexto, 2003.
- KOROBTCHENKO, Júlia Platonovna. *A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A instituição, os instrumentos e os homens. (1736-1756)*. Dissertação (Mestrado em História Moderna) – Faculdade de Letras, Departamento de História, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.
- MACEDO, Ignácio José de. *Considerações sobre as causas da elevação e decadência da Monarchia Portugueza desde Affonso 1º até D. Maria II*. Lisboa, 1834.
- MACEDO, Jorge de. Portugal e a economia “pombalina”. Temas e hipóteses. *Revista de História*, 19, p. 81-99, 1954. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/36393/39113>>. Acesso em: 12 maio 2016.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência, 1820-1822*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- SMITH, John. *Memoirs of the Marquis of Pombal; with the extracts from his writings, and from despatches in the state paper office, never before published*. London: Longman, Brown, Green, and Longmans, 1843.
- VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

1 Natural de Lisboa e oriundo de uma família modesta composta por pequenos fidalgos que serviram como soldados, sacerdotes e funcionários públicos, Sebastião José era o mais velho de 12 filhos, quatro dos quais morreram ainda jovens. Um de seus tios, Paulo de Carvalho e Ataíde, era sacerdote e professor na Universidade de Coimbra. Após a morte de seu pai, Manuel de Carvalho e Ataíde, o tio arcepreste, amparou financeiramente a família. Desse tio, Sebastião José herdou uma casa em Lisboa e uma propriedade em Oeiras. Os títulos nobiliárquicos foram por ele recebidos no final de sua vida: em 1759 foi nomeado Conde de Oeiras e, dez anos mais tarde — contando já 71 anos de idade —, Marquês de Pombal (cf. AZEVEDO, 2004, cap. I; BESSA-LUÍS, 1990, cap. I; MAXWELL, 1997, cap. 1).

2 D. Maria foi aclamada rainha depois da morte de seu pai, D. José I. Nascida em 1734, tinha 43 anos quando ascendeu ao trono. Casada com seu tio paterno, D. Pedro III, falecido aos 25 de maio de 1786, foi mãe de D. José (1761-1788) e de D. João (1767-1826). Este último, nascido também num 13 de maio, assumiria posteriormente o trono como príncipe regente (em 1792, em decorrência da loucura de sua mãe) e como rei D. João VI (em 1816, quando da morte de D. Maria; cf. VAINFAS, 2000, p. 173-175).

3 Não obstante, há quem mencione a crueldade de Sebastião José sendo reconhecida ainda antes do reinado de D. José: “Dom João V, adivinhando os traços de crueldade sádica no caráter de Pombal, recusou-se a lhe conceder um posto importante no governo sob o pretexto de que tinha ‘cabellos no coração.’” (BOXER, 2002, p. 191).

4 Muito papel e tinta foi gasto na discussão acerca de quão apagada teria sido a participação de D. José como responsável pelas medidas tomadas por seu ministro durante seu reinado. Entre outros, Boxer (2002, p. 203) escreveu: “Até que ponto dom José foi

- um simples fantoche nas mãos de Pombal, e em que medida o ditador teve seu apoio ativo ou passivo são questões discutíveis. De qualquer modo, dom José nunca deixou de sancionar todas as ações do ministro até às vésperas da morte (...).”
- 5 Foram criadas as companhias: da Ásia (1753); do Pará e Maranhão (1755); da Pesca da Baleia (1756); da Agricultura dos Vinhos do Alto-Douro (1756); e do Pernambuco e Paraíba (1759). Foram também renovados os privilégios do contrato do tabaco e do sabão; além de ter sido limitada a atuação dos pequenos comerciantes, os chamados comissários volantes (cf. MACEDO, 1954, p. 87-88). Sobre o quinto, este passou a ser recolhido seguindo-se sugestão dada em 1734 pelos próprios habitantes da região das minas. Anualmente, a contribuição acordada foi de, no mínimo, 100 arrobas de ouro. Ademais, foram criadas casas de fundição nas principais cidades, nas quais o ouro deveria ser fundido e quintado. Para coibir o contrabando, os ourives foram expulsos da região das Minas em 1751 (cf. MAXWELL, 1997, p. 55-56).
- 6 No parágrafo XXIX desses estatutos, lemos: “Devendo-se separar inteira e absolutamente para o embarque da América e reinos estrangeiros os vinhos das costas do Alto Douro e do seu território de todos os outros vinhos dos lugares que somente os produzem capazes de se beber na terra, para que desta sorte a inferioridade não arruíne a reputação que aqueles merecem pela sua bondade natural.” (MACEDO, 1954, p. 89).
- 7 O terremoto havia sido catastrófico. Fendas foram abertas no solo, deixando extensas áreas intransitáveis; algumas expeliam água e areia, desestabilizando ainda mais os terrenos atingidos. Seguido ao terremoto, um incêndio de grandes proporções atingiu a cidade e, agitada pelo sismo, as águas do rio Tejo avançaram pelas ruas adentro, estimando-se terem alcançado as ondas cerca de vinte metros de altura (cf. ASSUNÇÃO, 2010, p. 17). O número de mortos foi grande, já que o terremoto aconteceu na manhã do Dia de Todos os Santos. Por toda Lisboa, missas estavam sendo rezadas; as ruas cheias de fiéis em trânsito. Os sobreviventes mal compreendiam o que havia ocorrido e durante muito tempo acreditou-se que a ira divina havia atingido o reino de Portugal. A família real escapou ileso de uma morte quase certa — estava em Belém, e não em Lisboa —, pois o palácio real foi bastante atingido, assim como boa parte das construções da cidade.
- 8 A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra foi criada em 1736, pelo então rei D. João V, no bojo de uma reforma administrativa que teve como principal objetivo tornar mais eficiente a organização do Estado português. Nessa ocasião, foram criadas “(...) três Secretarias sendo a primeira dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, incumbida da política externa (...); a segunda seria a da Marinha e Ultramar e a terceira do Reino que ficaria encarregue de todos os negócios exceto os da guerra, e de todos os Tribunais, exceto o Conselho da Guerra e o Ultramarino”. (KOROBTCHEKNO, 2011, p. 32) Um resultado importante dessa reorganização foi a criação de um órgão administrativo autônomo, dedicado a cuidar dos negócios estrangeiros portugueses, num contexto em que o setor externo um dos mais relevantes negócios de Estado. Dentre as atribuições mais vinculadas ao setor externo, podemos destacar: as “(...) negociações com as cortes estrangeiras, nomeações dos diplomatas, expedição de instruções, avisos, ordens, pagamento de ordenados, negociações de tratados de paz, casamentos, alianças, comércio e quaisquer outros, expedição de cartas para os Reis, Príncipes e outras pessoas estrangeiras, conferências com os Ministros estrangeiros na corte portuguesa (...)”. (KOROBTCHEKNO, 2011, p. 33-34).
- 9 De acordo com Korobtcchenko (2011), a “Secretaria de Estado do Reino estaria incumbida de ‘toda a qualidade de negócios, exceto os da guerra, no despacho de todos os Tribunais à reserva dos da Guerra e Ultramar’ podendo, se necessário, também responder ao Conselho da Guerra”. Mas a autora faz uma ressalva: essa definição foi extraída de uma proposta feita pelo Cardeal da Mota no bojo da reorganização administrativa de 1736. Sendo assim, tendo em vista “esta carta de consulta ser apenas um projeto, e da opinião pessoal do Cardeal da Mota, não existe certeza de como esta relação funcionaria na realidade uma vez que a documentação é insuficiente para esta época.” (KOROBTCHEKNO, 2011, p. 38).
- 10 Conforme descreve Caixeta (2005), “ao Duque de Aveiro e ao Marquês de Távora pai seria aplicada a pena de serem rompidos em vida, quebrando-lhes os ossos das pernas, braços e peito a golpes de maça, estando seus corpos atados às rodas, após o que seriam queimados, sendo as cinzas jogadas ao mar. D. Leonor teria a cabeça decepada à espada pelo carrasco, o qual após expor a cabeça ao povo deveria queimá-la juntamente com o restante do corpo e lançar as cinzas ao mar. O Marquês Luís Bernardo, José Maria Távora e o Conde de Atouguia seriam logo garrotados e só depois quebrados os ossos das pernas e braços, antes de serem seus corpos lançados na mesma fogueira que os predecessores. Pena igual aplicar-se-ia aos criados Manuel Álvares e João Miguel, assim como ao cabo Brás Romeiro. Antônio Álvares e José Policarpo de Azevedo seriam atados em postes altos e queimados em vida, tendo suas cinzas o mesmo destino das dos outros réus. Além disso, todos foram condenados a desnaturalização de Portugal, exautoração das honras e privilégios da nobreza a que tinham direito e total confisco de bens. Ademais, no tocante especificamente à família Távora, ficava de futuro proibido o uso do sobrenome Távora; determinava-se que suas armas fossem picadas e raspadas onde quer que se encontrassem; o restante das mulheres deveriam (sic!) ser separadas dos filhos (os quais ficavam obrigados a professorar) e encerradas em conventos; e suas casas arrasadas e salgados os chãos onde se erguiam para eterna lembrança desse castigo.” (CAIXETA, 2005)
- 11 Para além da participação jesuíta no atentado, “Uma das razões principais da obsessão antijesuítica de Pombal foi sem dúvida sua concepção, levada ao extremo, do absolutismo real e a determinação de subordinar a Igreja, em quase todas as esferas, ao controle rígido da Coroa” (BOXER, 2002, p. 201).
- 12 “O contraste entre a visão dos estrangeiros e a imagem do século XVIII dentro de Portugal, contudo, é notável. O período, especialmente após a década de 1750, é visto em Portugal como a própria corporificação do Iluminismo.” (MAXWELL, 1997, p. 17).

(*) Professora Doutora da FEA/USP.
(E-mail: lslopes@usp.br).

(**) Livre-Docente da FEA/USP.
(E-mail: jflaviom@usp.br).

Paraty e a Economia Oitocentista

LUCIANA SUAREZ LOPES (*)

Depois da abertura do Caminho Novo, em 1733, Paraty deixa de canalizar o fluxo de abastecimento das *Gerais*, deixando também de ser o principal escoadouro do ouro mineiro. A economia paratiense sofre um abalo, mas foram justamente as atividades anteriormente existentes, tais como a produção de

(...) toucinho, a carne de porco, o arroz, o milho, o feijão, o açúcar e aguardente, para as regiões das Minas Gerais, vilas intermediárias das províncias do Rio de Janeiro e para própria sede do novo Vice-Reinado (...) que permitiu a Parati uma transição estável para o século XIX. (ALVEAL, 2002, p. 12)

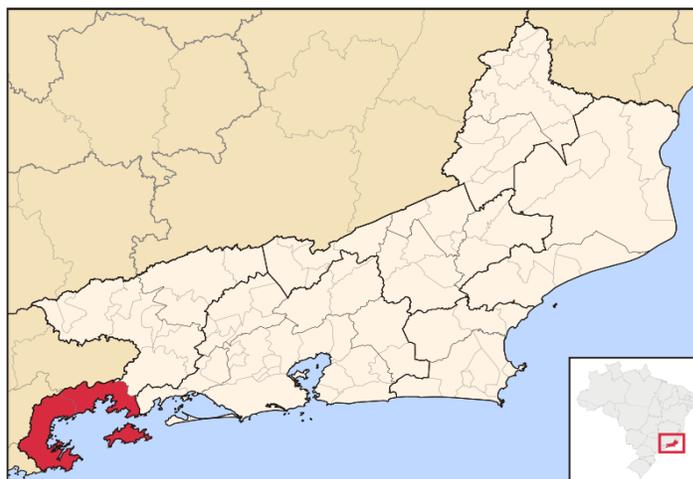
Nesse sentido, é esclarecedor o relato de viagem de Daniel Parish Kidder,¹ publicado originalmente em Londres no ano de 1845. Nele, encontra-se uma breve descrição da região de Paraty, visitada pelo viajante em 1839 durante uma viagem feita por ele entre o Rio de Janeiro e porto de Santos. No segundo dia de viagem, depois de passar pela baía de Mangaratiba, o paquete aportava em Angra dos Reis, para, no dia seguinte, seguir viagem, passando por Paraty. Nas Figuras 1 e 2, pode-se observar com detalhes a localização da Baía da Ilha Grande, assim como as localidades de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty.

Na mencionada baía, a localidade de Mangaratiba é descrita como pequena, com poucas casas, uma igre-

ja e produção de café e outros gêneros; em Angra, a presença das ordens religiosas foi destacada – os Beneditinos; as Carmelitas Descalças, e os Franciscanos de Santo Antonio. Sobre a Ilha Grande, relatou Kidder:

Ilha Grande measures about fifteen miles east and West, and its greatest breadth seven miles north and South. A considerable portion of it is under cultivation, devoted to the production of sugar-cane, coffee &c. It furnishes several good places of anchorage, and is frequently resorted to by American whale-ships, in order to recruit their stock of wook, water, and fresh provisions. (KIDDER, 1845, p. 203)

Figura 1 – Mapa da Microrregião da Baía da Ilha Grande



Fonte: ABREU, 2006.

Figura 2 – Mapa da Baía da Ilha Grande



Fonte: SPELTZ, 1885. Em destaque, da esquerda para a direita, as localidades de Paraty, Ilha Grande, Angra dos Reis e Mangaratiba.

Ao descrever a cidade de Paraty, o missionário elogia a beleza da sua localização, menciona as três igrejas dedicadas à Nossa Senhora e registra a fertilidade de suas terras. Além das atividades encontradas na Ilha Grande, foi observada em Paraty a produção de legumes e mandioca.

Paraty was the next port at which we touched, and the last belonging to the province of Rio de Janeiro. The villa is small, but regularly built, and beautifully situated at the extremity of a long arm of the sea, in which are sprinkled a number of diversely-shaped and palm-crested islands. It contains three churches, each dedicated to Nossa Senhora, our lady (...) The territory connected with this port embraces the fertile plains of Bananal, Paraty-Merim (sic), and Mambucaba: distinguished for their luxuriant production of many of the fruits of southern Europe, as well as coffee, rice, mandioca, legumes, and the choicest of sugar-cane. (KIDDER, 1845, p. 203)

Quase 20 anos depois, sem grandes alterações, as atividades produtivas identificadas por Kidder continu-

aram a constituir a base da economia paratiense. Em ofício datado de março de 1855, a Câmara Municipal da localidade relatava ao Presidente de Província,

A lavoura principal consiste na lavoura de cana e do café. Em ambos esses ramo, tem ela, se não decrescida, se conservando estacionária, e os fazendeiros que deles se ocupam mantém apreensões desfavoráveis ao seu engrandecimento, e mesmo a sua conservação por falta de suprimento de braços, de que carecem. O cultivo da cana, luta além desse embaraço, com a má qualidade da planta (...) (CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE PARATY, 1855)

No mesmo documento, uma tabela informava os principais gêneros e as quantidades produzidas durante os anos de 1852, 1853 e 1854, tabela essa que foi sistematizada e reproduzida a seguir. Infelizmente, não foram apresentados os preços dos produtos em questão e, para alguns tipos, não foi sequer mencionada a unidade de medida. Não obstante essas omissões, a Tabela 1 e sua descrição confirmam a importância do café e do fumo na localidade.

Tabela 1 – Gêneros Despachados na Mesa de Rendas – Paraty, 1852-1855

Gêneros	Unidade	1852	1853	1854
Café	Não especificada	174.132	132.933	184.753
Fumo	Não especificada	70.484	63.252	61.105
Aguardente	Pipas	413	546	748
Toucinho	Arrobas	526	1.134	384
Milho	Alqueires	142	-	350
Cal	Não especificada	14	10	16
Feijão	Alqueires	-	16	302
Farinha de mandioca	Alqueires	80	60	-
Couros	Não especificada	-	200	724
Chá	Caixas	-	-	2
Arroz	Alqueires	28	-	-
Taboado	Dúzias	0	2	-

Fonte: Câmara Municipal da Cidade de Paraty, 1855.

Sobre o comércio, a Câmara informa que a atividade do porto é importante e que, por ele, afluem os produtos vindos da Província de São Paulo e de Minas Gerais, mas que essa atividade alcançaria maior dinamismo se o governo auxiliasse na conservação da estrada da Serra, principal via de comunicação com o interior e com a localidade de Ubatuba. Contudo, informa também que, do porto, saem embarcações que têm como destino outros portos próximos, pois

Este Município não mantém comércio de longo curso, sustenta apenas o da cabotagem com as praças do Rio de Janeiro, São Sebastião, Santos, Mambucaba, Jumirim, Angra, Mangaratiba e Itaguay. (...) Os principais gêneros de exportação são o café, o fumo, e a aguardente. Outros se exportam em menor

escala. (CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE PARATY, 1855)

Contudo, parece que a produção de aguardente se consolida da região. Na década de 1870, a Câmara Municipal informou ao Presidente da Província existirem na localidade, em plena atividade de produção, 53 engenhos, com uma produção média de aguardente calculada em 4090 pipas ao ano, o equivalente a 1959,76 quilolitros, sendo possível aumentar essa produção, já que "(...) muita gente, desprovida de engenho, deixa de plantar, ou planta em diminuta quantidade, por não poderem-na moer em tempo os engenhos alheios." (CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE PARATY, 1872)

E, por fim, mais um documento merece ser considerado. Desta vez, um manifesto de carga, datado de

1899, referente à carga transportada do porto de Paraty para o Rio de Janeiro, no Vapor Nacional Industrial, da empresa Esperança Marítima, comandado por Domingos Manoel Pires. Segundo o "Manifesto" (1899), naquela ocasião a embarcação partiu com uma carga bem diversificada, composta por:

- 22 pipas com aguardente;
- 18 quintos com laranjinha;
- 1 garrafão de laranjinha;
- 7 sacos de polvilho;
- 18 sacos de café;
- 6 garrafões de aguardente;
- 1 caixa de aguardente;
- 3 caixas de laranjinha;
- 5 barris de peixe;
- 4 jacazes (sic) de criações;
- 2 gaiolas com pássaros;
- 28 caixas de ovos;
- 28 pacotes de canas;

- 17 barricas vazias;
- 11 dúzias de caixos de bananas
- 6 1/2 dúzias de palmitos;
- 1 caixão com 1 leitão;
- 1 cesto com miudezas;
- 1 cesto com bananas; além de
- 20 fardos de aniagem.

Dessa forma, considerando os relatos de Daniel Parish Kidder e os documentos da Câmara Municipal de Paraty, datados de 1854 e 1872, além do manifesto de carga do Vapor Nacional Industrial, de 1899, foi possível fazer uma primeira identificação das principais atividades econômicas de Paraty durante o século XIX. Tal levantamento, ainda que preliminar, contribui para o melhor entendimento da dinâmica econômica de uma localidade que, durante várias décadas, esteve fortemente vinculada à atividade mineratória das Minas Gerais, e que, com a abertura do Caminho Novo, se viu sem seu principal vínculo com o mercado externo.

Referências

- ABREU, Raphael Lorenzeto de. *Mapa de localização da microrregião da baía da Ilha Grande*. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Riodejaneiro_Micro_BaiadaIlhaGrande.svg#/media/File:Riodejaneiro_Micro_BaiadallhaGrande.svg>. Acesso em: 19 maio 2016.
- ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana de Parati nos séculos XVII e XVIII*. Encontro Regional de História (ANPUH-RJ) História e Biografias. Rio de Janeiro, 10, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002. Mimeo.
- _____. Ofício que a Câmara Municipal desta cidade dirigiu ao Exmo. Sr. Presidente desta Província, em resposta a Portaria de 21 de dezembro de 1854. In: RAMECK, Maria José S.; MELLO, Diuner. (Org.). *Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty. Séculos XVIII, XIX e XX. Volume 2*. Paraty: Fahl e Moreira Gráfica e Editora de Paraty Ltda, 2011, p. 119-121.
- CAMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE PARATY. Ofício que a Câmara Municipal dirigiu a Exma. Presidência, dando informações sobre a conveniência de se estabelecer o engenho de fabrico de açúcar, 1872. In: RAMECK, Maria José S.; MELLO, Diuner. (Org.). *Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty. Séculos XVIII, XIX e XX. Volume 2*. Paraty: Fahl e Moreira Gráfica e Editora de Paraty Ltda, 2011, p. 190-193.
- KIDDER, Daniel Parish. *Sketches of residence and travels in Brazil embracing historical and geographical notices of the empire and its several provinces*. Londres: Wiley & Putman, 1845.
- MANIFESTO DE CARGA a frete que conduz deste porto para o Rio de Janeiro o Vapor Nacional Industrial. In: RAMECK, Maria José S.; MELLO, Diuner. (Org.). *Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty. Séculos XVIII, XIX e XX*. Paraty: Fahl e Moreira Gráfica e Editora de Paraty Ltda, 2011, p. 185. v. 2.
- RAMECK, Maria José S.; MELLO, Diuner. (Org.). *Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty. 1801-1883*. São Paulo: Gráfica e Editora Dias, 2004.
- SPELTZ, Alexandre. Planta Geral das Estradas de Ferro das Províncias Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Geraes. Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart291395/cart291395.jpg>. Acesso em: 19 maio 2016.
- 1 Daniel Parish Kidder foi um missionário metodista estadunidense que visitou o Brasil na primeira metade do século XIX. Foram duas viagens, a primeira entre 1836/1837 e a segunda no período 1840-1842. Com a morte de sua esposa no Rio de Janeiro, em 1842, voltou aos Estados Unidos e não mais regressou ao Brasil. Escreveu o livro *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*, em dois volumes, publicados originalmente em Londres, no ano de 1845. As citações do presente artigo, referentes aos relatos de Kidder, foram feitas com base nessa publicação original, em inglês, disponível no repositório Internet Archives. (KIDDER, 1845).

(* Professora Doutora do Departamento de Economia da FEA/USP. (E-mail: lslopes@usp.br).